

Relatório:

## II Assembléia Plenária

*“Desafios e oportunidades da integração hemisférica”*

Cidade do Panamá, Panamá

20 e 21 de fevereiro de 2003

---

Foro Interparlamentario de las Américas  
Fórum Interparlamentar das Américas



Forum interparlementaire des Amériques  
Inter-Parliamentary Forum of the Americas



## ÍNDICE

1.	Introdução .....	2
2.	Cerimônia inaugural .....	2
3.	Apresentações perante a Assembléia Plenária .....	2
3.1	Apresentações na sessão de abertura .....	2
3.2	Oradores convidados .....	3
4.	Sessão inicial da Assembléia Plenária .....	3
4.1	Eleição do Presidente da Assembléia Plenária .....	3
4.2	Relatório da Presidenta do FIPA .....	3
4.3	Composição dos grupos de trabalho .....	4
5.	Formação do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas .....	4
6.	Homenagem ao Secretário Geral da OEA .....	5
7.	Sessão final da Assembléia Plenária .....	5
7.1	Apresentação sobre o Parlamento Virtual das Américas .....	5
7.2	Moção da delegação da Colômbia para a criação de um grupo de trabalho sobre o tema do terrorismo .....	5
7.3	Resolução para a criação do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas .....	6
7.4	Resolução sobre a crise do Iraque .....	6
7.5	Apresentação dos relatórios dos grupos de trabalho .....	6
7.6	Eleição dos membros do Comitê Executivo para o período 2002 – 2004 .....	7
7.7	Eleição do país anfitrião da próxima Assembléia Plenária .....	7
7.8	Encerramento da II Assembléia Plenária .....	8
8.	Anexos .....	9
8.1	Anexo 1 – Países e delegados participantes .....	9
8.2	Anexo 2 – Discursos da cerimônia inaugural .....	12
8.3	Anexo 3 – Atualização sobre o processo da Cúpula das Américas .....	20
8.4	Anexo 4 – O Tribunal Penal Internacional .....	25
8.5	Anexo 5 – O processo de integração comercial da ALCA .....	30
8.6	Anexo 6 – Apresentação da Sra. Elizabeth Spehar .....	34
8.7	Anexo 7 – Agenda de Trabalho da II Assembléia Plenária .....	38
8.8	Anexo 8 – Relatório Anual da Presidenta do FIPA .....	41
8.9	Anexo 9. Reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas .....	49
8.10	Anexo 10 – Resolução de reconhecimento ao Secretário Geral da OEA. ....	51
8.11	Anexo 11 – Resolução para a criação do Grupo Parlamentar de luta contra o terrorismo. ...	52
8.12	Anexo 12 – Resolução para a criação do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas	53
8.13	Anexo 13 – Resolução a respeito da crise do Iraque .....	55
8.14	Anexo 14 – Relatório e recomendações do Grupo de Trabalho I .....	56
8.15	Anexo 15 – Relatório e recomendações do Grupo de Trabalho II .....	60
8.16	Anexo 16 – Relatório e recomendações do Grupo de Trabalho III .....	62
8.17	Anexo 17 – Composição do Comitê Executivo do FIPA .....	65



## 1. Introdução

A II Assembléia Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA) realizou-se nos dias 20 e 21 de fevereiro de 2003 na Cidade do Panamá, atendendo ao amável convite da Assembléia Legislativa da República do Panamá. Participaram desse importante evento 87 parlamentares das legislaturas nacionais de dezenove países das Américas (*vide lista de delegados participantes no anexo 1*).

Nessa ocasião, o tema central das discussões foi o dos “Desafios e Oportunidades da Integração Hemisférica” e esse foi abordado de diferentes pontos de vista por três grupos de trabalho.

Além disso, a agenda do encontro foi complementada com apresentações de seis convidados especiais que trataram de temas de interesse dos parlamentares, a saber: o processo da Cúpula das Américas, a importância do Tribunal Penal Internacional, o processo de negociação da ALCA, a cooperação internacional contra o terrorismo, o trabalho da OEA na consolidação do processo democrático na América e o alcance da Carta Democrática Interamericana.

## 2. Cerimônia inaugural

A II Assembléia Plenária do FIPA foi inaugurada oficialmente numa cerimônia especial realizada no Hotel El Panamá, sede do evento, na quinta-feira, 20 de fevereiro de 2003.

Durante o evento tomaram a palavra o Legislador Marco Ameglio, do Panamá, Presidente da II Assembléia Plenária; a Senadora Céline Hervieux-Payette, do Canadá, Presidenta do FIPA; o Legislador Alcibíades Vásquez, Presidente Encarregado da Assembléia Legislativa do Panamá; e a Excelentíssima Senhora Mireya Moscoso, Presidenta da República do Panamá (*vide o texto dos discursos no anexo 2*).

Também assistiram à cerimônia os delegados dos diferentes países, membros do corpo diplomático acreditado no Panamá, representantes de organismos internacionais, personalidades políticas e outros convidados especiais.

## 3. Apresentações perante a Assembléia Plenária

### 3.1 Apresentações na sessão de abertura

Após a cerimônia inaugural, três oradores convidados fizeram suas apresentações perante a Assembléia Plenária. O primeiro foi o Embaixador do Canadá junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), S.E. Paul Durand, que informou os parlamentares do FIPA sobre o progresso do processo da Cúpula das Américas (*vide o texto da apresentação no anexo 3*).

Em seguida, o Honorável Jimmy Chamorro, Senador da República da Colômbia, falou sobre o estabelecimento do Tribunal Penal Internacional e a importância de ratificar o Estatuto de Roma (*vide o texto da apresentação no anexo 4*).



Para concluir, a Advogada Nivia Rossana Castrellón, Vice-Ministra das Relações Exteriores do Panamá, realizou uma apresentação sobre o processo comercial da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). A Adv. Castrellón pôs ênfase em temas tais como o impacto da ALCA na economia da América Latina, e a importância da participação parlamentar no processo e no estabelecimento do programa de cooperação hemisférica (*vide o texto da apresentação no anexo 5*).

### *3.2 Oradores convidados*

Durante a pausa do meio dia, três outros oradores complementaram a agenda de trabalho da Plenária. Em primeiro lugar o Honorável Germán Várgas, Senador da República da Colômbia, abordou o tema de cooperação internacional na luta contra o terrorismo.

Mais tarde, a Sra. Elizabeth Spehar, Diretora da Unidade para a Promoção da Democracia (UPD) da OEA, apresentou um resumo dos esforços realizados por esta instituição na consolidação do processo democrático nas Américas através de iniciativas como o FIPA e o Fórum Interamericano sobre Partidos Políticos.

O terceiro orador foi S.E. Juan Manuel Castulovich, Embaixador do Panamá junto à OEA, que falou sobre o alcance da Carta Democrática Interamericana.

*(Vide os textos das palestras no anexo 6)*

## **4. Sessão inicial da Assembléia Plenária**

Após as apresentações da sessão de abertura iniciaram-se os trabalhos da Assembléia Plenária. A Presidenta do FIPA, a Senadora Hervieux-Payette, submeteu, para a consideração da Plenária, a agenda de trabalho, a qual foi aprovada por unanimidade (*vide a agenda de trabalho no anexo 7*).

### *4.1 Eleição do Presidente da Assembléia Plenária*

A Senadora Hervieux-Payette presidiu à eleição do Presidente da Assembléia Plenária. Conforme proposta da delegação do México, secundada pela delegação do Canadá, o Legislador Marco Ameglio, do Panamá, foi eleito por aclamação Presidente da II Reunião Plenária do FIPA.

### *4.2 Relatório da Presidenta do FIPA*

A Presidenta do FIPA, Senadora Hervieux-Payette, apresentou perante a Plenária o relatório anual de atividades, no qual resumiu os trabalhos realizados pelo Comitê Executivo e os esforços realizados a favor da consolidação da instituição (*vide o texto do relatório no anexo 8*).



### *4.3 Composição dos grupos de trabalho*

O Presidente da Assembléia explicou a composição dos grupos de trabalho, que foram estabelecidos da seguinte maneira:

**Grupo de Trabalho N° 1** – A interação entre a política fiscal e o comércio, o crescimento econômico e o desenvolvimento social.

*Presidente:* Senadora Silvia Hernández (México)  
*Facilitadores:* Dr. Alberto Barreix (Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID)  
Dr. Claudino Pita (Centro Interamericano de Administrações Tributárias - CIAT)  
*Relator:* Steve Griner (Organização dos Estados Americanos – OEA)

**Grupo de Trabalho N° 2** – O impacto das crises econômicas e financeiras na região.

*Presidente:* Deputado Marcelo Stubrin (Argentina)  
*Facilitadores:* Dr. Roberto Frenkel (Centro de Estudos do Estado e da Sociedade – CEDES)  
*Relator:* Sr. Jorge Calderón (Organização dos Estados Americanos – OEA)

**Grupo de Trabalho N° 3** - As negociações da Área de Livre Comércio das Américas

*Presidente:* Deputado John Godfrey (Canadá)  
*Facilitadores:* Dr. Peter E. Kirby (Fasken-Martineau Dumoulin, Montreal)  
*Relator:* Sr. Cesar Parga (Organização dos Estados Americanos – OEA)

## **5. Formação do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas**

Na sexta-feira, 21 de fevereiro, as parlamentares membros do FIPA realizaram um café da manhã de trabalho para discutir a moção apresentada pela delegação argentina relativa à criação do “Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas”. A reunião foi presidida pela Deputada argentina Margarita Stolbizer e contou com a participação da Presidenta do FIPA, Senadora Hervieux-Payette, 25 parlamentares de diferentes países membros do Fórum e da Diretora da Unidade para a Promoção da Democracia da OEA, a Sra. Elizabeth Spehar.

Resultando da reunião de trabalho foi elaborada uma proposta de resolução para ser aprovada pela Assembléia Plenária a fim de formar o “Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas”, que será coordenado por dois representantes de cada uma das sub-regiões participantes (América do Norte, América Central, Caribe e América do Sul), constituindo-se em um grupo de ação permanente dentro do contexto do FIPA (*vide o resumo Executivo da reunião no anexo 9*).



## 6. Homenagem ao Secretário Geral da OEA

Durante a cerimônia especial realizada na sexta-feira, 21 de fevereiro, a Presidenta do FIPA apresentou uma resolução por meio da qual os parlamentares das Américas reconhecem o papel fundamental da Secretaria Geral da OEA na implementação de um processo que culminou com a criação do FIPA. Esta resolução expressa igualmente o reconhecimento à S.E. César Gaviria Trujillo pela sua contribuição ao fortalecimento do papel do poder legislativo na democracia das Américas.

A resolução, assinada pelos membros do Comitê Executivo do FIPA, foi recebida pela Sra. Elizabeth Spehar em nome do Secretário Geral da OEA (*vide a cópia da resolução no anexo 10*).

## 7. Sessão final da Assembléia Plenária

Depois das deliberações dos grupos de trabalho, a II Assembléia Plenária teve sua sessão final na tarde da sexta-feira, 21 de fevereiro de 2003. Os temas tratados durante a mesma foram:

### 7.1 *Apresentação sobre o Parlamento Virtual das Américas*

O Sr. Shady Kanfi, de Bellanet Internacional, fez uma apresentação resumindo o progresso alcançado pelo Parlamento Virtual das Américas. Nesta, ele destacou o trabalho feito para a atualização do site Internet do FIPA, o qual inclui toda a documentação e memória institucional do Fórum. Da mesma forma, ele apresentou o espaço de trabalho virtual criado para apoiar os empreendimentos do Comitê Executivo do FIPA, através do qual ocorrem todas as comunicações entre os membros do Comitê, inclusive a circulação de documentos e a discussão de propostas. O Sr. Kanfi também informou os presentes sobre a reunião virtual levada a efeito por vários membros do Comitê Executivo através do módulo de “chat”, e que contou com tradução simultânea em três idiomas, permitindo assim a discussão de temas da agenda do FIPA

Finalmente, ele lembrou da importância da participação dos membros do FIPA no desenvolvimento desta ferramenta que permitirá dar continuidade aos trabalhos do Fórum através da Internet, servirá de portal de acesso a informações valiosas e facilitará as discussões parlamentares online, entre outros.

### 7.2 *Moção da delegação da Colômbia para a criação de um grupo de trabalho sobre o tema do terrorismo*

A deputada colombiana Nancy Patricia Gutiérrez apresentou uma proposta à Assembléia Plenária, na qual ela recomenda a formação de um grupo de trabalho sobre o tema do terrorismo. Este grupo terá como objetivo principal dar seguimento aos mecanismos coletivos de luta contra o terrorismo e promover o cumprimento de compromissos internacionais hemisféricos relacionados com este tema.

Após o debate, a proposta foi aprovada por unanimidade (*vide o texto da moção no anexo 11*).



### *7.3 Resolução para a criação do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas*

A deputada argentina Margarita Stolbizer apresentou uma resolução para a consideração da Plenária referente à criação do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas dentro do contexto do FIPA. Uma vez apresentada à Assembléia Plenária esta resolução foi aprovada por unanimidade (*vide o texto da moção no anexo 12*).

### *7.4 Resolução sobre a crise do Iraque*

O deputado John Godfrey do Canadá apresentou à Assembléia Plenária uma proposta de resolução a respeito da crise do Iraque, na qual os parlamentares das Américas expressam sua preocupação pela ameaça à paz mundial que esta crise representa.

Os parlamentares discutiram a respeito da redação do texto e, depois do debate, a resolução foi aprovada por unanimidade (*vide o texto da moção no anexo 13*).

### *7.5 Apresentação dos relatórios dos grupos de trabalho*

Os presidentes dos grupos de trabalho fizeram um resumo das deliberações de seus respectivos grupos e apresentaram os relatórios finais perante a Assembléia Plenária. Todos os grupos de trabalho contaram com os documentos preparados pelos especialistas convidados como base das discussões. Estes documentos encontram-se no site Internet do FIPA ([www.e-FIPA.org](http://www.e-FIPA.org)).

#### Grupo de trabalho 1 – A interação entre a política fiscal e o comércio, o crescimento econômico e o desenvolvimento social

O grupo de trabalho 1 foi presidido pela Senadora Silvia Hernández do México. Na primeira sessão, os dois especialistas convidados fizeram suas palestras respectivas sobre: “A harmonização dos sistemas tributários na América”, pelo Dr. Claudino Pita; e “Os desafios da política tributária relacionados à integração econômica regional”, pelo Dr. Alberto Barreix.

Na segunda sessão os parlamentares tiveram a oportunidade de apresentar seus pontos de vista, fazer perguntas aos especialistas e tomar posições a respeito do tema do grupo. Entre outros, os parlamentares concordaram que era importante considerar o aspecto tributário no processo de integração comercial e necessário que os legisladores participem ativamente no processo.

*(Vide o texto do relatório e as recomendações do grupo de trabalho 1 no anexo 14.)*

#### Grupo de trabalho 2 – O impacto das crises econômicas e financeiras na região

O grupo de trabalho 2 foi presidido pelo Deputado Marcelo Stubrin da Argentina e contou com a participação do Dr. Roberto Frenkel como especialista convidado, o qual fez uma apresentação intitulada “A globalização e a crise financeira na América Latina”.



Depois da apresentação, os parlamentares apresentaram suas considerações a respeito do tema e concordaram sobre várias recomendações que ajudariam na busca de soluções para os problemas expostos.

*(Vide o texto do relatório e das recomendações do grupo de trabalho 2 no anexo 15.)*

### Grupo de trabalho 3 – As negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)

O Deputado John Godfrey do Canadá presidiu o grupo de trabalho 3, o qual contou com a participação do Sr. Peter Kirby que apresentou uma atualização sobre o processo da ALCA, incluindo os acontecimentos mais recentes das negociações.

Além de reiterar as recomendações feitas pelo FIPA nas duas Assembléias Plenárias precedentes, o grupo formulou recomendações a respeito do processo de negociação da ALCA. O grupo também solicitou que o Comitê Executivo desenvolvesse várias iniciativas relacionadas com o seguimento destas recomendações.

*(Vide o texto do relatório e as recomendações do grupo de trabalho 3 no anexo 16)*

### *7.6 Eleição dos membros do Comitê Executivo para o período 2002 – 2004*

A Assembléia Plenária procedeu à eleição dos membros do Comitê Executivo para o período de 2002 a 2004. Cada uma das quatro sub-regiões elegeu o seu representante da seguinte maneira:

A **Senadora Silvia Hernández, do México**, proposta pela delegação do Canadá, foi reeleita como representante da **América do Norte**.

Para a **América Central** foi eleito o **Deputado Mario Calderón, da Costa Rica**, proposto pela delegação do El Salvador, secundado pela delegação da Guatemala.

Para a sub-região do **Caribe** foi eleito o **Deputado Urick Saint-Cyr, do Haiti**, proposto pela delegação da Jamaica.

O **Deputado Marcelo Stubrin, da Argentina**, proposto pela delegação do Brasil e secundado pelas delegações do Chile, Peru, Colômbia e Equador, foi reeleito como representante da **América do Sul**.

*(Vide a constituição do Comitê Executivo no anexo 17)*

### *7.7 Eleição do país anfitrião da próxima Assembléia Plenária*

A delegação argentina, secundada pela delegação do Peru, propôs a candidatura do Chile para ser o país anfitrião da III Assembléia Plenária do FIPA. Por sua parte, a delegação brasileira, além de dar seu apoio à proposta argentina, propôs o Brasil como sede para a Assembléia Plenária de 2005.

O Chile foi eleito por aclamação como país anfitrião da próxima Assembléia Plenária. Conseqüentemente, conforme o regulamento do FIPA ( 2.3 b ), o Chile, em sua qualidade de país anfitrião, terá um representante no Comitê Executivo por um ano.





### *7.8 Encerramento da II Assembléia Plenária*

O Presidente da Assembléia agradeceu a todos os delegados por sua participação e suas contribuições às deliberações. Por sua parte, a Senadora Hervieux-Payette agradeceu ao Legislador Marco Ameglio e aos membros do Comitê Executivo por seus aportes à organização da reunião e ao pessoal administrativo do Panamá pela organização do evento. Finalmente, o Presidente da Assembléia declarou encerrada a II Assembléia Plenária do FIPA.

\* \* \* \* \*



## 8. Anexos

### 8.1 Anexo 1 – Países e delegados participantes

#### **Argentina**

Deputada Margarita Stolbizer  
Deputado Marcelo Stubrin

#### **Brasil**

Deputado Luiz Carlos Hauly  
Deputada Maria Jose Maninha  
Deputado Paes Ladim

#### **Canadá**

Deputado John Godfrey  
Senador John Lynch-Staunton  
Deputada Eleni Bakopanos  
Senador Michel Biron  
Deputado John Williams  
Deputado Yves Rocheleau

#### **Chile**

Senador José García  
Deputado Waldo Mora  
Deputado Pedro Muñoz  
Deputado Jaime Rocha  
Deputado Germán Becker  
Deputado Esteban Valenzuela

#### **Colômbia**

Senador Jimmy Chamorro  
Senador Germán Vargas  
Representante Adriana Gutiérrez  
Representante Nancy P. Gutiérrez

#### **Costa Rica**

Deputada Ligia Zúñiga  
Deputada Kyra De la Rosa  
Deputada Rocio Ulloa  
Deputada María L. Ocampo  
Deputado Mario Calderón

#### **Cuba**

Deputado Jaime Crombert  
Deputado Tubal Paez



**Ecuador**

Deputado Edgar G. Ortiz  
Deputado Ramiro Rivera

**El Salvador**

Deputado Ciro C. Zepeda  
Deputado Julio Moreno

**Guatemala**

Deputado Carlos S. Nájera

**Haiti**

Deputado Ulrick Saint-Cyr  
Deputado Géthro Pierre  
Deputado Dufort Milord  
Deputado Phélito Doran  
Deputado Pierre P. Leclair  
Senador Jean C. Delice  
Senador Evalliere Beauplan  
Senador Martineau Guerrier  
Senadora Fabienne Jean-Pierre  
Senadora Norma F. Jean-Claude  
Senador Bazile Immacula

**Jamaica**

Senador Anthony Johnson

**México**

Senadora Silvia Hernández  
Senador César Camacho  
Senador Raymundo Cárdenas  
Deputado Gustavo Carvajal  
Deputado Tarcisio Navarrete  
Deputada Julieta Prieto  
Deputada María Elena Alvarez  
Deputada Celita Alamilla  
Deputada Rosalía Peredo  
Deputada Silvia Alvarez  
Deputado Raúl Cervantes  
Deputado Francisco Patiño

**Nicarágua**

Deputado Nathán Sevilla

**Panamá**

Legislador Marco Ameglio (Presidente da Assembléia Plenária)



Legislador Alcibíades Vásquez  
Legisladora Gloria Young  
Legislador Elías Castillo  
Legislador Hedí Londoño  
Legisladora Teresita Yaniz  
Legisladora Lilia E. Broce  
Legislador Noriel Salerno  
Legislador Samuel Binns  
Legislador Jose I. Blandón  
Legisladora Balbina Herrera  
Legislador Ismael Herrera  
Legislador Marcos González  
Legislador Francisco Alemán  
Legislador Francisco Reyes  
Legislador José Muñoz  
Legislador Héctor Alemán  
Legislador José Carreño  
Legislador Elpidio González  
Legisladora Haydeé Milanés  
Legislador Julio C. Castillo  
Legislador Edwin Aizpurúa  
Legisladora Olgalina de Quijada

#### **Peru**

Congressista J. Humberto Requena  
Congressista Héctor H. Chávez  
Congressista Carlos M. Chávez

#### **Suriname**

Deputado Radjkoemar Randjietsingh  
Deputado Winston Jessurun

#### **Uruguai**

Senador Carlos J. Pereyra

#### **Observadores Especiais**

*Confederação Parlamentar das Américas – COPA*  
Deputada Ileana Roger (El Salvador)

*Parlamento Latinoamericano*  
Legislador Felipe Cano (Panamá)



## 8.2 Anexo 2 – Discursos da cerimônia inaugural

### **Discurso do Honorável Marco Ameglio Legislador do Panamá Presidente da II Assembléia Plenária do FIPA**

*Versão original: Espanhol*

A sociedade internacional debate-se vertiginosamente em meio a profundas mudanças tecnológicas, políticas e econômicas. O certo é adaptar a nossa cultura a uma economia livre, que erradique os monopólios e que garanta a todos o acesso aos mercados regidos por regras sensatas, claras e equitativas.

Gostaria de dar a todos as mais cordiais boas-vindas em nosso país, no mesmo lugar que Simón Bolívar escolheu para seu Congresso Anfictiônico em 1826, tendo consciência da importância estratégica de nossa terra. O Panamá, ele sabia, é o coração latente da América e seu canal é hoje a veia principal da prosperidade do hemisfério. No entanto, a América não é hoje em dia tão vigorosa e forte como Bolívar o sonhou. Pelo contrário, dá mostras de enfermidade. A crise econômica e financeira aguda que afeta a região, as recentes expressões de terrorismo e o mau estar de seu povo com respeito aos desequilíbrios da globalização, são problemas reais que temos que enfrentar.

O processo de integração mundial não condiciona as nações a se entregar alegremente a uma abertura sem limites e sem reciprocidade. Na qualidade de parlamentares, devemos agir responsabilmente. Não podemos ignorar os desafios num mundo disposto a deixar para trás os que não se adaptam a suas novas dinâmicas. Ninguém, de mente sã, pode opor-se aos processos de integração regional ou mundial, e nem à globalização per se. Porém, o livre comércio e, em particular, a ALCA não podem ser um instrumento para dividir a pobreza, senão para multiplicar e distribuir a riqueza.

A realização da II Reunião Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), que coincide com a comemoração do Centenário da Fundação da República do Panamá, deve dar frutos e vigor a uma rede independente de legislaturas nacionais capaz de mobilizar todas as nossas sociedades na reflexão que, como um só povo, nós os americanos pensemos e atuemos sobre o que queremos ser e como o conseguiremos.

É propício hoje, neste Fórum, ressaltar o interesse do Panamá em trabalhar para conseguir que nossa terra continue sendo, para esses fins, o cenário ideal de encontro das Américas. Por isso reiteramos ante todos aqui presentes a nossa firme vontade de conseguir que aqui, nesta terra ístmica calorosa e amistosa, se instale a sede permanente da ALCA depois de 2005.

É claro que todos nós queremos a prosperidade e eliminar a pobreza em nossos países. No entanto, temos que nos conscientizar de que para que isso seja possível temos que criar as condições e a segurança apropriadas.

Sem segurança, a criação de riqueza não passa de uma mera ilusão. Depois do fatídico dia 11 de setembro, o mundo inteiro compreendeu isto. Gostaria de ressaltar, em particular, para vocês, o exemplo que representa o tema da segurança em meu país, segundo o qual dois patrimônios totalmente panamenhos, que porém continuam dando um apoio de grande valor ao



hemisfério e à humanidade, se veriam em um momento dado ameaçados: o Canal do Panamá, cuja importância econômica é incalculável para toda a América; e as selvas de Darién, na região fronteira com a Colômbia, um pulmão do planeta e uma fonte de biodiversidade cujo potencial muitos desconhecem. Quem em meu país pretende não ver o problema, com a clássica estratégia do avestruz, esperando que a ameaça desapareça, está muito equivocado. O Darién, se bem que seja um obstáculo para o desenvolvimento, também está se convertendo numa autopista para o tráfico de armas, de drogas e para os terroristas que se financiam com esse negócio. Não podemos acreditar-nos imunes aos efeitos dessas forças. Se não planejarmos o desenvolvimento, se não protegemos a selva de Darién e não nos preocupamos do bem estar e da segurança de seus habitantes, irremediavelmente pagaremos o preço no futuro.

Se o Panamá fosse como a Colômbia, minhas mãos –como as do nosso colega que aqui está conosco hoje, o Senador Germán Vargas Lleras, vítima de um atentado recente em dezembro– teriam uma marca indelével, a mesma que representa a dor do povo colombiano pela violência que o aflige e que hoje nos deve levar a todos neste continente a atuar unidos para lutar pela erradicação do terrorismo e de todas as suas formas de violência, pois essas representam realmente uma ameaça para a paz e a tranquilidade indispensáveis para que a nossa região progrida sob o esquema da integração econômica e para que possamos assim proporcionar um autêntico bem estar a nosso povos.

O governo atual da Presidenta Moscoso fez grandes esforços para fortalecer nossa força pública, a segurança dos cidadãos e a luta contra o terrorismo. A solidariedade expressada por esse governo para com o Presidente Uribe da Colômbia na luta contra os terroristas –que mataram tanta gente inocente e que infelizmente nos últimos anos e recentemente têm entrado no nosso território– é uma decisão corajosa. Porém, até quando poderemos conseguir que os panamenhos arquem com todo o custo de defesa destes patrimônios cujos benefícios, como disse antes, são desfrutados pelo nosso continente e mesmo pelo mundo inteiro? Gostaria de deixar somente uma proposta concreta: será que o momento chegará, e talvez logo, em que teremos que estudar a possibilidade de convocar uma força multinacional de paz para garantir a segurança fronteira e a defesa do Canal contra a ameaça do terrorismo.

Naturalmente, a luta contra o terrorismo deve estar acompanhada de possibilidades reais de crescimento para os países em desenvolvimento. Para eles, a opção de livre comércio é necessária para conseguir a consolidação de um esquema econômico mais justo.

Estamos convencidos de que o estabelecimento da ALCA, mediante a expansão dos fluxos comerciais, a liberalização do comércio e o investimento no hemisfério, contribuirá ao crescimento, à geração de empregos, ao aumento do padrão de vida, à criação de maiores oportunidades e à redução da pobreza em toda a América. Outrossim, temos que reconhecer a importância da agricultura para as economias da região.

Que os subsídios dos países desenvolvidos a seus produtores agrícolas estão quebrando a gente do campo do terceiro mundo, não é um segredo para ninguém, e as terras americanas não são a exceção. Um produtor de cebola, por exemplo, em nossa terra, não pode vender seus produtos no mercado local porque a cebola importada com subsídios de outros países, apesar do custo do frete, é sempre mais barata. Não podemos continuar tolerando as práticas dos terceiros países que distorcem os novos esquemas do comércio mundial, com a inundação



de produtos agrícolas subsidiados, enquanto que nos exigem que liberemos e desprotejamos os nossos produtores.

Alguns limitam-se a queixar-se amargamente sobre tal fato. Nesta reunião de parlamentares, destaco o fato de que como políticos deste continente não podemos dar-nos ao luxo de esperar que os países desenvolvidos decidam de boa fé consertar o problema. Outros aproveitam a situação para tornarem-se, simplesmente, inimigos do livre comércio, defendendo velhos interesses assim como a influência política em esquemas desatualizados dentro de seus respectivos países, setores que têm medo da livre concorrência e dos desafios que isso implica. Para eles, reitero: podemos considerar que chegou o momento de limitar a importação de produtos agrícolas estrangeiros que são subsidiados e que prejudicam os interesses de nossa gente. A globalização não pode ser estimulada a sangue e fogo, para que a gente mais humilde de nossos países, e especialmente a gente do campo, arque com seu custo.

Hoje, somos a sede da Secretaria Pro Tempore da área de livre comércio das Américas, ALCA, no Panamá, e como o manifestamos antes, aspiramos assumir a Secretaria Permanente a partir de 2005. O fazemos, convencidos de que o Panamá caminha com passo firme e decidido na direção correta, enfrentando os temas transcendentais do novo milênio, modernizando a nossa educação, desenvolvendo o nosso setor rural, ao mesmo tempo em que iniciamos a estruturação de uma nova estratégia industrial, com as ferramentas que nos permitem competir nos mercados internacionais, seja em termos de preço como de qualidade.

Decerto, a ALCA tem contribuído e tem avançado; porém –não obstante a deterioração de nossas estruturas econômicas devido às conjunturas atuais e ao agravamento das tensões internacionais, frente à ameaça de uma guerra que poderia criar uma crise nos preços do petróleo– temos que agir. Devemos considerar com preocupação a prolongada recessão mundial, marcada pela diminuição dos fluxos de comércio e de investimentos internacionais e estrangeiros.

Por isso, os parlamentares não podem permanecer indiferentes. Temos que empenhar-nos seriamente ao livre comércio, mas com equidade e justiça. No FIPA, temos um grande campo de ação para contribuir à edificação de uma nova ordem internacional sob o espírito de reciprocidade.

Isso significa que a consolidação da ALCA deve ser coerente com as diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias dentro do hemisfério americano, com a finalidade de assegurar a plena participação destas economias nos benefícios resultantes do acordo e na criação de oportunidades para os pequenos países, como os nossos, como a América Central e os países do Caribe.

As recomendações que fazemos devem ajustar-se à mesma freqüência que as políticas ambientais e de liberalização comercial e, principalmente, promover o desenvolvimento sustentável no hemisfério. Naturalmente, creio que devemos continuar encorajando a promoção de políticas financeiras que conduzem ao crescimento do comércio e ao investimento no continente. Somente dessa forma será possível abordar com seriedade o problema da dívida externa de muitos países no hemisfério.

Em conclusão, o desafio que enfrentamos é, sem dúvida, apaixonante. Esperamos que as deliberações nesta segunda sessão Plenária do FIPA sirvam para demonstrar a firmeza de nosso futuro. Reitero minhas mais cordiais boas-vindas, esperando que nossos propósitos de



integração nos conduzam ao destino de grandeza que até agora tem sido arisco, e a um modelo de desenvolvimento econômico com equidade social e adaptado às exigências dos novos tempos da globalização. Muito obrigado.

**Discurso da Honorável Céline Hervieux-Payette  
Senadora do Canadá  
Presidenta do Fórum Interparlamentar das Américas**

*Versão original: Francês*

Há quase um ano tive a honra de ser eleita como presidenta do Fórum Interparlamentar das Américas. Gostaria novamente de agradecer a todos os que confiaram em mim. O desafio em liderar uma nova organização parlamentar em tão vasta e complexa região, torna a tarefa não só mais exigente mas também mais fascinante.

Todos os membros do executivo, os quais incluem representantes das quatro regiões das Américas –ou seja, a América do Sul, América do Norte, América Central e o Caribe– me deram um grande apoio, sem o qual o FIPA não poderia ter crescido.

Não tenho palavras para expressar o comprometimento e a habilidade das pessoas que me ajudaram em meus deveres, a saber: a equipe do Centro Parlamentar; o pessoal das Relações Exteriores, em especial, os nossos embaixadores; Bellanet; o pessoal do Instituto para a Conectividade nas Américas; a equipe da UPD; a Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional; e, por último, todos os colaboradores em nível hemisférico.

Também gostaria de ressaltar o excelente trabalho do pessoal da Assembléia Legislativa do Panamá. Gostaria de estender as minhas mais sinceras congratulações pela excelente organização desta segunda reunião Plenária.

À medida que entramos no terceiro ano de atividade, estou confiante que, neste segundo ano de meu mandato, conseguiremos consolidar nossa organização e alcançar um dos objetivos-chaves do fórum, ou seja, estabelecer vínculos para a comunicação e compreensão das questões políticas que afetam os nossos continentes, para que possamos melhor servir nossas populações.

Mais tarde terei a oportunidade de apresentar um relatório detalhado sobre as atividades do ano passado. Gostaria de iniciar esta assembléia geral anual explicando os objetivos que fixamos para esta reunião.

Em primeiro lugar, vocês verão que nosso executivo dinâmico atendeu ao pedido da parlamentar argentina Sra. Margarita Stolbizer, para organizar um encontro no café da manhã, à parte das reuniões oficiais, das mulheres parlamentares. Gostaria de convidar todos os presentes a participar dessa reunião para conhecer a orientação de trabalho do grupo. Este evento será informal e os homens são bem vindos. No entanto, pedimos para que se inscrevam a fim de sabermos o número de participantes.





Os temas do workshop são diretamente relacionados às nossas preocupações comuns, a saber:

- O relacionamento entre as políticas fiscais dos países e sua competitividade comercial, o crescimento econômico e o desenvolvimento social;
- O impacto da crise econômica e financeira na região; e
- A evolução das negociações atuais da ALCA e a ênfase nas distorções comerciais e resolução de conflitos.

Os especialistas que prepararam os documentos de trabalho para os workshops fizeram pesquisas remarcáveis e muito úteis para ajudar-nos a entender os fatores em jogo nos nossos respectivos países. Os especialistas estão à disposição para responder às vossas perguntas e facilitar as discussões. Tenho certeza que, apesar da complexidade e aridez dos tópicos de nossas reuniões, e com base nas regras que estabelecemos na qualidade de organização parlamentar, conseguiremos identificar as soluções possíveis para nossos respectivos parlamentos e formular as recomendações para nossos governos.

Os delegados podem e devem continuar refletindo sobre esses temas após as reuniões. O FIPA encoraja discussões suplementares em seu site Internet que está atualmente em fase experimental e deveria ser operacional em vários países até o fim do ano. O FIPA está entrando num período de consolidação. À medida que nossa organização redefine sua identidade, um número crescente de parlamentares utilizará esta rede para identificar as soluções comuns aos problemas que se nos apresentam.

O último ano foi difícil para muitos de nós; portanto, a solidariedade dos parlamentares é essencial para assegurar o progresso de nossas políticas nos campos econômico, político e social. Somente o diálogo pode nos unir; somente a compreensão pode nos ajudar a superar a barreira do medo e da ignorância; e somente a confiança que temos uns nos outros reforçará nossa determinação de sobrepujar os obstáculos inerentes a um mundo mais complexo e dinâmico. Este é o desafio que vocês devem considerar nos próximos dois dias.

**Discurso do Honorável Alcibiades Vásquez  
Legislador do Panamá  
Primeiro Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Panamá**

*Versão original: Espanhol*

A Assembléia Legislativa da República do Panamá sente-se privilegiada por ser a anfitriã desta II Reunião Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas. Gostaria de estender a todos um caloroso acolhimento e cordiais boas-vindas, com o desejo de que a sua visita ao nosso país seja gratificante e proveitosa.

Congratulamo-nos sinceramente por sermos a sede desta reunião que representa o maior conclave parlamentar continental jamais realizado no Panamá. Nossa gratidão é ainda maior porque vocês vieram participar deste encontro no Panamá no ano em que os panamenhos comemoram o primeiro centenário da fundação da República. A presença de



vocês, parlamentares de países amigos, é um estímulo para continuarmos forjando a pátria livre, independente, soberana e próspera com que sonharam nossos próceres.

Sentimo-nos particularmente satisfeitos em poder contribuir, a partir deste país, ao fortalecimento deste Fórum que nasceu com o nobre propósito de ser um veículo que facilita a participação dos legisladores da região no desenvolvimento da agenda interamericana, proporcionando uma dimensão parlamentar necessária a esse processo de consolidação da democracia, de busca da prosperidade econômica, da estabilidade social e da segurança hemisférica.

Reconheceu-se amplamente o papel notável que têm desempenhado os parlamentares da região na definição das alterações políticas que o continente tem visto nos últimos tempos. Entretanto, sentimos que existe um sensível déficit na participação parlamentar no que tange à elaboração das importantes transformações econômicas que está vivendo o continente e que se manifestam, particularmente, nas negociações para a estruturação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Nos agrada profundamente que esse assunto tenha uma alta prioridade na agenda do FIPA e que esse tenha adotado um pronunciamento ressaltando a necessidade de uma participação ativa e eficaz dos parlamentos nacionais no processo de criação da ALCA.

Nos vários fóros internacionais em que participei recentemente, percebi um espírito crítico em relação às negociações da ALCA. Mas não deve haver equívocos: não somos contra a ALCA. Como interlocutores legítimos de nossos povos e dos seus interesses e aspirações, apoiamos toda iniciativa tendente ao verdadeiro progresso e bem-estar, já que não podemos ser indiferentes à situação deprimente e trágica que sofrem as milhões de pessoas no nosso hemisfério que vivem na pobreza absoluta. Entretanto, nossa obrigação inevitável é a de garantir que a integração econômica continental não aprofunde os abismos entre os ricos e os pobres, não produza novas exclusões sociais nem seja a fonte de novas frustrações para nossos povos.

Gostaria de reiterar minha convicção de que a participação ativa e eficaz dos parlamentos no processo de criação da ALCA responde não só a imperativos de transparência e exercício democrático responsável, mas representa um fator essencial para garantir que a integração regional seja – como é o nosso desejo – um processo inclusivo e socialmente sustentável, no qual os benefícios sejam eqüitativos para todos os países, propicie o comércio justo, gere empregos dignos, verdadeiramente eleve a qualidade de vida de nossas populações, promovendo a equidade e contribuindo a uma melhor distribuição da riqueza, respeitando o meio ambiente e nossa identidade cultural, e observando plenamente a liberdade e os direitos humanos.

Um processo com tal conteúdo merecerá o maior apoio de todos os nossos países, sendo que um processo com características contrárias só provocará a rejeição generalizada.

Celebramos a existência deste fórum por meio do qual podemos debater democraticamente estas idéias, aprofundar as nossas reflexões, formular propostas, trocar experiências, articular iniciativas e atingir consensos que nos permitem avançar em direção ao objetivo comum de construir sociedades prósperas, democráticas e solidárias como as que merecem nossos povos, e que nós – seus representantes – temos o dever de propiciar. Em nosso país, sintam-se como em casa.



**Discurso da Excelentíssima Senhora Mireya Moscoso**  
**Presidenta da República do Panamá**

*Versão original: Espanhol*

É uma honra para mim, em nome do Estado panamenho, inaugurar a II Sessão Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), com o firme desejo de que a integração regional, compartilhada hoje por todos os países, seja o elemento fundamental para o engrandecimento sócio-econômico das nações aqui representadas. Desde Ottawa e México, este Fórum tem mantido um apoio aberto e decisivo à participação parlamentar para a promoção e a defesa da democracia e a observância dos direitos humanos. A plena vigência da ordem jurídica eqüitativa nos deve levar à convicção de que nossos governos alcançarão um desenvolvimento econômico adequado se os postulados de engrandecimento da dignidade humana forem cumpridos rigorosamente. O Panamá, que ocupa a Secretaria Pro Tempore da ALCA, tem dado claros passos em direção à integração econômica regional, tal como demonstra a recente aprovação do Tratado de Livre Comércio com a América Central e o Protocolo com El Salvador, que constituem as bases jurídicas, às quais, sem dúvida alguma, deverão adicionar-se outros instrumentos legislativos que contribuirão ao progresso econômico de nossos irmãos da região.

O debate das políticas tributárias e do comércio, o crescimento econômico com igualdade social, o impacto da crise econômica e financeira que vive a região, e as negociações para consolidar um tratamento eqüitativo no âmbito da iniciativa da ALCA, entre outros, são assuntos de grande profundidade, cujas discussões deveriam concentrar-se numa economia mais justa e na busca de melhores relações comerciais para todos.

É de importância fundamental que os protagonistas dessas deliberações sejam os parlamentares, senadores e deputados, já que eles conhecem, de primeira mão, a realidade de seus respectivos distritos eleitorais, mas entendendo que a função legislativa não se limite ao âmbito local, senão ao estabelecimento de normas que garantam a solução de controvérsias, distorções e outras preocupações relativas ao comércio global.

A solução destes problemas é agora um componente chave de todas as negociações comerciais, incluindo a ALCA. É por isso que, ao promovermos a participação interparlamentar no sistema interamericano e no tratamento dos temas da agenda comercial hemisférica, poderemos chegar a um acordo na aprovação de normas cujo propósito é o engrandecimento econômico regional.

Devemos prestar uma atenção especial à necessidade de estabelecermos mecanismos justos, transparentes e efetivos, para resolver de forma expedita, as discussões comerciais, baseando-nos no estudo de outros tratados de liberalização comercial. No âmbito dos desafios e oportunidades de integração hemisférica, o Panamá aspira ser eleito como a sede permanente das negociações comerciais para o ano 2005, razão pela qual solicito vosso apoio incondicional e fraternal, com o qual sempre nos tem distinguido, a fim de permitir-nos continuar sendo “a ponte do mundo e o coração do universo”.

Senhoras e senhores, parlamentares convidados, organizadores do FIPA, funcionários da OEA, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e observadores: nosso país entende que a

Relatório  
II Assembléia Plenária  
Panamá, 20 e 21 de fevereiro de 2003  
FIPA/PA/2003/REP/p/fv  
Original: Espanhol

---



vossa presença aqui não só prestigia a comemoração do nosso Centenário como República, senão que as observações e definições que daqui surgirem nos permitirão ser os propulsores de um futuro próspero e deste progresso humano a que todos aspiramos. Muito obrigada.



### *8.3 Anexo 3 – Atualização sobre o processo da Cúpula das Américas*

#### **Apresentação à Assembléia Plenária por S. E. Paul Durand, Embaixador do Canadá junto à OEA.**

*Versão original: Inglês*

É um grande prazer para mim estar novamente no Panamá, país onde tive a honra de servir como Embaixador do Canadá durante três anos muito agradáveis. E tenho muito prazer também de estar com vocês, parlamentares e legisladores das Américas, nesta II Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas (o FIPA).

Gostaria de agradecer nosso anfitrião, o Legislador Marco Ameglio, Presidente do Comitê das Relações Exteriores, por ter-me convidado a participar deste evento e por sua grande contribuição à organização do mesmo.

Pediram-me para falar sobre os diferentes aspectos da Cúpula das Américas. A agenda da Cúpula é muito abrangente, por isso, me concentrarei em alguns assuntos mais importantes: a promoção da democracia, a Área de Livre Comércio das Américas, e a segurança do hemisfério. Também direi algumas palavras sobre os esforços hemisféricos para combater o terrorismo.

Como vocês sabem, o Canadá hospedou a última Cúpula na Cidade de Quebec em 2001, e ainda temos a presidência do processo da Cúpula. Isto quer dizer que somos responsáveis em assegurar que os mandatos enunciados por nossos líderes sejam cumpridos – uma responsabilidade não tão simples. Em junho próximo, nós passaremos a presidência à Argentina que será a anfitriã da próxima Cúpula, em 2005. Mas, entretanto, a implementação da Cúpula continua sendo feita.

Não posso exagerar a importância do papel que vocês, os legisladores, desempenham em tornar o seguimento da Cúpula uma realidade concreta. E este papel – vosso papel – é ainda mais óbvio na promoção da boa governança e das instituições democráticas nas Américas.

A esse respeito, gostaria de ressaltar a iniciativa do parlamentar canadense John Williams em lidar com a corrupção através da organização de “Parlamentos Globais contra a Corrupção”. Incito-os a falar com o Sr. Williams no decorrer desta conferência.

Nas sociedades democráticas, os parlamentares são o principal elo entre os cidadãos e seus governos. Eles se asseguram que as preocupações do povo são levadas em consideração, que as normas jurídicas são respeitadas, e que os governos – o executivo – são responsáveis por suas ações.

Os parlamentares desempenham um papel importante no desenvolvimento de agendas nacionais, e sua participação é crucial para o desenvolvimento de políticas exteriores coesas e construtivas. Esta é a pedra fundamental da democracia representativa.

Estas são as razões que tornam esta reunião tão importante, à medida que levamos para diante a agenda hemisférica. E é por isso que o título da nossa conferência é tão apropriado – “Desafios e oportunidades para a integração hemisférica”. Infelizmente, desde a última Cúpula, descobrimos que existem mais desafios do que esperávamos, e talvez menos oportunidades.



Mas nós estamos indo para a frente, e é essencial que os parlamentares sejam participantes ativos deste grande projeto – a edificação de uma comunidade das Américas equitativa e produtiva.

Gostaria de felicitar o Comitê Executivo e os membros do FIPA pelo progresso na organização do Parlamento Virtual das Américas. Esse site Web será uma ferramenta das mais úteis na promoção do diálogo parlamentar. Se vocês trabalharem junto com seus colegas do hemisfério para alcançar os objetivos comuns, vocês devem entrar em comunicação um com o outro, e o Parlamento Virtual é um meio efetivo para esse fim.

Como vocês sabem, a Conectividade foi um tema multidisciplinário da Cúpula de Quebec, onde vimos a criação do “Instituto para a Conectividade das Américas”. Essa foi uma iniciativa do governo canadense, mas que serve a todos nas Américas. Estou muito contente que o Instituto é um parceiro no projeto do Parlamento Virtual, e tenho certeza que essa parceria irá prosperar.

Quase dois anos passaram desde a III Cúpula das Américas. Durante esse tempo, os países da nossa região, sozinhas e coletivamente, realizaram muitos dos compromissos feitos pelos Líderes na Cidade de Quebec em abril de 2001. E eles conseguiram fazê-lo enquanto se ajustavam a um contexto internacional rapidamente evolutivo.

Concluimos convenções e acordos hemisféricos e fizemos progressos nos elementos mais importantes da agenda da Cúpula. Os Ministros têm-se reunido regularmente – os ministros da saúde, meio-ambiente, justiça, comércio e defesa, só para mencionar alguns. Essas reuniões não são encontros sociais – elas são as engrenagens da implementação da Cúpula. Orientados pela ampla estrutura erguida por nossos líderes – o que fazer – os ministros podem se concentrar em como fazer. Juntos, eles combinam que tipos de programas devem ser estabelecidos, como implementá-los, e que tipo de legislação será necessária. E aqui é onde vocês, os legisladores, entram em ação.

Ao trabalharmos com os mandatos da Cúpula, também aprendemos a lidar com o inesperado. O ataque terrorista de setembro de 2001, por exemplo, foi um teste fundamental da estabilidade da cooperação hemisférica. Muitos disseram que aquele acontecimento marcaria o fim do empreendimento construtivo da Cúpula. Porém a região respondeu – rapidamente e positivamente – recorrendo imediatamente ao Tratado do Rio, comprometendo-se em formar uma frente comum contra o terrorismo, e acelerando o desenvolvimento de novos instrumentos para combater esse novo inimigo.

O melhor exemplo é a Convenção Interamericana contra o Terrorismo, concluída em junho passado por ocasião da Assembléia Geral da OEA, em Barbados. Esta é uma resposta sólida e prática que permite a todos os nossos governos lutar contra a calamidade que é o terrorismo. Incito-os todos a ajudar vossos governos a ratificar essa Convenção o mais rápido possível, para que ela possa entrar em vigor e tornar-se um instrumento juridicamente vinculante.

O apoio à democracia tem sido um pilar central do processo da Cúpula, e na Cidade de Quebec, os líderes apoiaram uma ampla gama de ações nesse setor. Um dos principais resultados foi o de solicitar aos Ministros Estrangeiros que negociem uma Carta Democrática Interamericana, a qual foi adotada com sucesso durante a Assembléia Especial da OEA em Lima em – exatamente – 11 de setembro de 2001. A Carta tornou-se rapidamente um elemento



de destaque do sistema interamericano; nós vemos isso quase diariamente em nossas deliberações na OEA.

A Carta foi utilizada pela primeira vez em abril de 2002, em resposta ao golpe de estado na Venezuela.

Desde então ela foi citada muitas vezes, como foi o caso recente da Bolívia e da Colômbia, as quais, ao pedir o apoio da família da OEA, fundamentaram seu caso na Carta. No mesmo contexto, o governo da Nicarágua deve ser elogiado por ter utilizado a Carta em sua luta contra a corrupção.

A verdade é que a Carta tornou-se um ponto de referência básico em todas as nossas discussões sobre governança.

### ALCA: A SITUAÇÃO DAS NEGOCIAÇÕES

A democracia é o alicerce da nossa abordagem relativa às negociações comerciais. Manifestamente, um dos compromissos mais importantes da Cúpula feito pelos nossos líderes foi o de criar a Área de Livre Comércio das Américas, a ALCA. Vejo que esse assunto aparece proeminentemente em vossa agenda. Com um PIB combinado de mais ou menos \$ 13 trilhões, a ALCA constitui quase 40% da atividade econômica do mundo, o maior bloco em qualquer lugar.

Esse empreendimento é um enorme desafio, incrivelmente complexo. Mas, apesar das opiniões negativas que aparecem na imprensa internacional, tenho o prazer de anunciar que as negociações estão, por hora, progredindo conforme planejado.

### PANORAMA DO MINISTERIAL DE QUITO

O mais recente encontro dos Ministros do Comércio foi em novembro último em Quito, e foi uma reunião bem sucedida.

- Eles renovaram seu compromisso em concluir as negociações até janeiro de 2005. Isso é importante – não houve alteração nem no escopo nem no período de execução.
- Os ministros divulgaram o segundo rascunho do texto combinado – trata-se de um rascunho preliminar do acordo eventual.
- Eles aprovaram o Programa de Cooperação Hemisférica para ajudar as economias de menor escala em matéria de assistência técnica relacionada ao comércio e a medidas de capacitação.

Essa reunião concluiu a presidência do Equador no processo de negociação da ALCA. O Brasil e os Estados Unidos começaram agora seu termo como co-presidentes, que continuará até o término das negociações. Obviamente, isso é muito significativo, dada a importância e a influência desses dois atuantes.

Em Quito, os Ministros do Comércio também trocaram idéias com os delegados do Fórum Empresarial das Américas e com diversos grupos da sociedade civil. Existem muitos eventos que ajudam a tornar as negociações da ALCA mais transparentes e credíveis.



## ATIVIDADES QUE PRECEDEM O PRÓXIMO MINISTERIAL

Entre as atividades que precedem o próximo ministerial, os países procederão à troca de ofertas de bens, serviços, investimentos e aquisições governamentais; este processo continuará até 15 de junho de 2003, data limite para melhorar as ofertas apresentadas.

Entretanto, as reuniões dos diversos Grupos de Negociação continuarão aqui no Panamá, o sítio atual das negociações. Os grupos estão se concentrando na eliminação do texto entre aspas no rascunho do acordo.

Em março – o próximo mês – a Secretaria Administrativa se transferirá do Panamá para Puebla, México, onde ficará até a conclusão das negociações.

A próxima reunião Ministerial será realizada em Miami em novembro deste ano, e o Brasil hospedará a seguinte em 2004.

### Prognóstico

Então, qual é o prognóstico? Mesmo se ainda temos muito o que fazer, o trabalho da ALCA está progredindo bem. Tecnicamente, não tem nenhum obstáculo insuperável que impeça concluir um acordo. Se a vontade política quiser – um “se” importante – a ALCA poderá tornar-se uma realidade em 2005.

## CONFERÊNCIA ESPECIAL SOBRE A SEGURANÇA

Gostaria de dizer algumas palavras a respeito da Conferência Especial sobre a Segurança Hemisférica, a realizar-se no México daqui a dois meses, em maio próximo.

- Era um mandato da Cúpula de Santiago de 1998, reconfirmada por ocasião da Cúpula de Quebec.
- O objetivo é o de revitalizar e fortalecer o sistema interamericano de segurança, para que ele possa lidar com as ameaças e preocupações, novas e tradicionais, à segurança.
- A Conferência reconhece que houve uma mudança de posição no hemisfério e no mundo em relação às noções tradicionais de segurança – partindo de uma simples questão de defesa militar e indo para uma abordagem mais ampla incluindo ameaças nacionais e transnacionais – tais como o contra-terrorismo e o narcotráfico, pequenas armas, minas terrestres, direitos humanos, e assuntos relacionados ao meio-ambiente.
- Esperamos que a Conferência Especial adote a Declaração, que reunirá os diferentes elementos de segurança hemisférica num conjunto coerente de princípios, relevante a todos os Estados membros da OEA.
- A Conferência também considera renovar mecanismos de segurança hemisférica já existentes. Gostaria de destacar a Junta Interamericana de Defesa – à qual o Canadá acabou de se juntar – e a necessidade de estabelecer vínculos mais estreitos entre o processo da Cúpula, a OEA e as reuniões dos Ministros da Defesa das Américas.





Esta Conferência é importante porque ela trata de um assunto que, historicamente, foi sempre muito sensível neste hemisfério. Isto demonstra que agora queremos trabalhar juntos, dentro do contexto da Cúpula, em áreas que antes não queríamos tocar.

Para concluir, gostaria de enfatizar que o processo da Cúpula funciona, mesmo se o progresso em nível continental parece às vezes lento e irregular. Estamos lidando com uma série de dificuldades inesperadas, resultantes principalmente de um ambiente econômico internacional diferente.

Nada semelhante jamais foi tentado antes – nunca nesta escala, nunca com tanta dedicação. Não é um remédio para todos os nossos males, mas uma nova maneira de enfrentar os desafios de nossa história, da nossa geografia e do nosso futuro.

Acredito que as Cúpulas das Américas, ao reunir nossos líderes a fim de proporcionar uma visão para o hemisfério, são essenciais ao processo de integração. E esse processo, para o qual vocês estão contribuindo enormemente, permitirá à nossa região de manifestar-se finalmente como uma presença poderosa e unificada na cena mundial.

Desejo-lhes muito sucesso em vossas deliberações e espero ver os resultados de vossas reuniões.

Merci beaucoup -- muito obrigado.



#### *8.4 Anexo 4 – O Tribunal Penal Internacional*

### **Apresentação feita à Assembléia Plenária pelo Hon. Jimmy Chamorro, Senador da República da Colômbia.**

*Versão original: Espanhol*

Primeiro, gostaria de agradecer ao Comitê Executivo do FIPA por considerar este tema que é de grande transcendência para o mundo e o tem sido para o nosso hemisfério e para o nosso continente. Para começar, gostaria que todos prestassem atenção durante quatro minutos e trinta segundos para ver um vídeo de conscientização sobre o tema do Tribunal Penal Internacional que mostramos em meu país. Esse vídeo foi apresentado em aproximadamente sessenta universidades (centros de educação superior) na Colômbia. Gostaria de chamar vossa atenção para que à esquerda possamos ver esse vídeo sobre o Tribunal Penal Internacional. (Projeção do vídeo)

Primeiro, gostaria de mencionar cinco fatos muito concretos e muito importantes, pois como legisladores devemos conhecer e estar a par do que está acontecendo com o Estatuto de Roma e com o Tribunal Penal Internacional

Pouco tempo atrás encerrou-se o processo de nomeação e eleição dos dezoito magistrados que integrarão o Tribunal Penal Internacional. Esta eleição ocorreu entre 3 e 7 de fevereiro. Esses magistrados prestaram juramento em Haia, em 11 de março desse ano. Dos 18 magistrados eleitos, sete são mulheres e onze são homens, especialistas tanto em Direito Penal como em Direito Internacional.

No que se refere ao nosso hemisfério, tivemos a sorte de contar com algumas nomeações, todas extremamente sérias, com certeza, das quais cinco pessoas foram eleitas. Em primeiro lugar gostaria de felicitar a delegação do Canadá pela eleição do Sr. Philippe Kirsh. Sem dúvida, isto representa um triunfo, pois o Canadá, durante muitos anos, bateu-se muito e liderou os trabalhos para a criação e a implementação do Tribunal Penal Internacional. Gostaria assim de manifestar nosso reconhecimento: “Parabéns, Canadá, pela eleição do Sr. Philippe Kirsch”.

Representando a América Central, foi eleita uma mulher muito estimada, a Sra. Elizabeth Odio Benítez, da Costa Rica. Trinidad e Tobago, que foi o país que propôs a criação de um Tribunal Penal Internacional, em 1989, também teve a boa fortuna de ter um delegado no Tribunal, o Sr. Kall Hudson Phillips. Para a América do Sul, temos a representação da Bolívia e do Brasil. Gostaria aqui de felicitar os legisladores e representantes desses dois países. Foram eleitos o Sr. René Blackman, da Bolívia, e a Sra. Silvia de Figueros Estaines, do Brasil.

Assim, são cinco os representantes do nosso continente junto ao primeiro Tribunal Penal Internacional de caráter permanente.

Agora temos um desafio muito importante pela frente, que é a eleição do corpo fiscal deste Tribunal. As nomeações começarão a partir de 24 de março e terminarão em 4 de abril deste ano. As eleições ocorrerão quase imediatamente depois, ou seja de 21 a 23 de abril.



O segundo item é o processo de ratificação. Neste momento, o Afeganistão depositou o instrumento de aditamento ao Tribunal Penal Internacional, dentro do estabelecido no Estatuto, e assim já temos 89 países que ratificaram o Tratado Internacional. Estamos muito perto dos cem países, de maneira que as ratificações estão ocorrendo de forma acelerada, e as expectativas foram amplamente ultrapassadas.

Em nossa região e ao nível da América Latina, dos 19 países, temos 12 ratificações. Os outros estados ainda não deram suas ratificações. Peço, naturalmente para que os legisladores que têm o exercício do controle político daqueles estados, e em vista da cooperação que deve existir entre os diversos ramos do poder público, insistam junto ao Executivo e aos Chefes de Estado para que ratifiquem, o mais rápido possível, esse instrumento internacional.

Em terceiro lugar é o processo de implementação. Esse processo é importante porque mesmo se o Tratado vincula um Estado a reconhecer a jurisdição do Tribunal Penal Internacional, deve haver um processo de caráter interno que deve aplicar uma legislação, por exemplo, a Lei de Cooperação com o Tribunal Penal Internacional, que cada um dos Estados deve promulgar. Um exemplo importante em nível de implementação é o da Alemanha, sujeito, naturalmente, a debates e discussões que não serão mencionados aqui. Países como a Alemanha, por exemplo, já emitiram o Código de Direito Penal Internacional, quase idêntico ao Estatuto de Roma.

São progressos importantes que estão ajudando as legislações penais de caráter interno a levar a cabo certas transformações que as adaptam à legislação internacional. E é um dever e uma obrigação que nós, como legisladores, estejamos a par do que isso representa. Sei que estão sendo tomadas ações concretas. Soube, através de e-mail por parte dos legisladores da Argentina aqui presentes, que eles estão organizando um dia de comemoração importante, o dia em que a Argentina ratificou o Estatuto de Roma. Eles também contam instituir uma campanha pedagógica de conscientização. Esses são elementos fundamentais que criam um elemento educativo dentro de nossas sociedades. Outrossim, o papel que desempenha o Congresso de cada um dos Estados é, sem dúvida alguma, fundamental para a obra do nascente Tribunal Penal Internacional.

Em quarto lugar, é importante ressaltar a integridade da letra e do espírito do Estatuto de Roma. Neste momento, nossos Estados estão sob pressão para firmar acordos binacionais assim como, por exemplo, com os Estados Unidos. Esses acordos binacionais proporcionam imunidade para os cidadãos norte-americanos, não somente para os que vestem uniforme, mas os cidadãos norte-americanos em geral que por uma razão ou outra encontram-se num território ou Estado diferente do seu.

Cabe aqui, porém, realçar e insistir sobre a importância do papel que desempenham os congressos, posto que na maioria dos nossos países, para que um acordo de caráter binacional tenha efeito legal, deve-se tramitar uma lei através do Congresso da República que lhe dê validade. Por isso é de importância vital que estudemos de perto os tipos de acordos binacionais que prejudicam, do ponto de vista da integridade, repito, a letra e o espírito do Estatuto de Roma.

Também, gostaria de mencionar fatos concretos que ocorreram no Congresso da Colômbia, em relação ao Estatuto de Roma. O Congresso tomou a liderança desde o início, pois foi ele que pôs pressão no Executivo para que considerasse e liderasse o tema do Estatuto de Roma e que o aprovasse o quanto antes. O Executivo, depois de muitas discussões, decidiu tomar



uma decisão. Imediatamente, apresentou-se, para a consideração do Executivo colombiano e da Chancelaria do nosso país, o acordo binacional. O Congresso referiu um debate de controle político ao Executivo, manifestando seu ponto de vista. E a Comissão de Relações Exteriores debateu em detalhe os prós e os contras do nosso conceito sobre os acordos de caráter binacional.

A Colômbia foi um dos países que subscreveu, ou melhor, assinou a declaração, fazendo uso do artigo 124 do Estatuto, para que o Tribunal não tivesse conhecimento dos crimes de guerra que foram cometidos durante os sete anos. Agora mesmo, graças à pressão de diferentes setores parlamentares de nosso país, o Sr. Presidente Uribe está considerando a possibilidade de retirar esta declaração, esta salvaguarda, para que o Tribunal, de forma complementar ou subsidiária, conheça, não somente os crimes de genocídio e de lesa humanidade, senão também de guerra que se cometem em nosso território.

O quinto item é o concernente aos eventos parlamentares futuros com respeito ao Tribunal Penal Internacional. Desde o mês de julho tem-se trabalhado para realizar o seguinte evento na Colômbia, em maio ou junho deste ano. Está confirmado que em setembro a Assembléia Parlamentar dará seguimento ao Tribunal Penal Internacional, a realizar-se na cidade de Nova York.

Finalmente, gostaria de mencionar alguns aspectos fundamentais muito breves que tratam da importância do Tribunal Penal Internacional. Quem ganha com a criação do Tribunal Penal Internacional? Mais do que os Estados, ganham todos os seres humanos do mundo, ganha a justiça e ganha a humanidade.

Por isso, o Tribunal Penal Internacional não é a resposta de somente alguns Estados senão de todos os seres humanos do mundo, pois compreendemos que não podemos negligenciar esse chamado da humanidade, a humilhação que a humanidade sentiu tantas vezes ao ver como os autores dos piores e mais horrendos crimes contra os seres humanos e os povos, podem jubilar-se e ser objeto do mais infame dos troféus – a impunidade.

Passemos ao item seguinte que trata do Tribunal Penal Internacional e da Paz, um tema muito discutido, tenho certeza, em muitos países.

Tem-se discutido muito sobre o tema da Paz no teor do Tribunal Penal Internacional. Poderíamos pensar que o Estatuto de Roma criaria um efeito inibitório para as pessoas que crêem eventualmente chegar a um processo de perdão, fruto de cometer alguns crimes e depois o Estado decreta uma amnistia ou um perdão, mas o Tribunal Penal Internacional decida julgá-los.

Poderíamos dizer que isto criaria um efeito inibitório para os que eventualmente quiserem novamente fazer parte da sociedade civil mediante um processo de paz ou por meio de diálogo.

Mencionarei, brevemente, cinco razões pelas quais não é assim que se passa. Em primeiro lugar, um dos pilares fundamentais do Estatuto é o princípio de não-retroatividade. Ou seja, que serão da competência do Tribunal unicamente os crimes que se cometem após a entrada em vigor do Estatuto, como o foi em 1º de julho quando sessenta estados do mundo já o ratificaram, e como é para os países que se aderiram ao Tribunal em datas posteriores.



Assim, dizer que não se poderia estar de acordo com o Tribunal Penal Internacional porque pensa-se cometer crimes contra a humanidade no futuro, porque eu, no futuro penso cometer crimes de guerra e agredir os seres humanos, definitivamente, não é um argumento aceitável. O princípio de não-retroatividade, pelo contrário, abre as portas e torna-se um ponto focal muito poderoso que incentiva o respeito às normas e aos princípios do Direito Internacional Humanitário.

Em segundo lugar, o fato que sejam julgados ou não de maneira subsidiária ou complementar, e se os Estados nacionais não o fizerem, será a responsabilidade única não da sociedade civil, não do Estatuto de Roma, não dos países que ratificam o dito Tratado, mas precisamente, dos autores dos mais terríveis crimes.

Ou seja, são os que impõem obrigações para todos, das quais nenhum ser humano do mundo e nenhum Estado pode se esquivar. Todavia, se não tivéssemos o Tribunal Penal Internacional, deveríamos cumprir obrigatoriamente as normas e princípios do Direito Internacional Humanitário, que é a coluna vertebral do Estatuto de Roma.

Em terceiro lugar, o Direito Internacional Humanitário não é negociável, deve ser obrigatoriamente cumprido por parte de todos, é um compromisso inevitável do qual ninguém pode se esquivar.

Em quarto lugar, infelizmente, muitos processos de paz no passado não quiseram ter um fundamento sólido, e esse fundamento não pode ser estabelecido por quem está de um lado ou do outro da mesa. O fundamento sólido sobre o qual se deve construir um processo de paz chama-se o respeito à humanidade, às normas e aos princípios do Direito Internacional Humanitário.

Quando não se constrói sobre esta base, qualquer processo de paz se degenera, e essa degeneração traz à tona a desconfiança e naturalmente, o rompimento. Por isso, o Tribunal Penal Internacional é o sustento e pilar fundamental para os eventuais futuros Processos de Paz que possam vir a realizar-se. Um Processo de Paz por meio de negociações, por meio do diálogo, pode durar muito tempo, porém se no decorrer deste tempo extenso se respeitam a população civil, os cidadãos e os seres humanos, continuaremos acreditando no processo de paz, sempre e quando se cumprir esta premissa que não é negociável por nenhuma das partes.

E finalmente, em quinto lugar, a humanidade tem que sustentar a paz, não como uma ilusão, nem de forma retórica, mas como um fato concreto. E a notícia que 89 países do mundo ratificaram o Estatuto de Roma significa que a grande maioria da humanidade está sustentando a paz.

Para concluir, gostaria de mencionar dois elementos fundamentais: primeiro, temos que entender que o Estatuto de Roma e o Tribunal Penal Internacional não são uma negação da guerra, são um quadro no qual a guerra, como meio inevitável da política, cede sua patética irracionalidade a favor da dignidade humana e dos que têm o direito inalienável de manterem-se à margem do conflito.

A maldade de alguns poucos homens levou a humanidade a propor o Tribunal Penal Internacional. A bondade da maioria foi o que o tornou possível.



Enfim, gostaria de mencionar que existe mais informação sobre este tema. Para os que gostariam de uma forma ou outra saber mais a respeito dos processos que estão sendo realizados ou levados a cabo em diversos países, aqui fora vocês podem conseguir a revista “Monitor do Tribunal Penal Internacional”, a qual nos atualiza a respeito da implementação que cada Estado está realizando e as notícias em âmbito mundial sobre o Tribunal Penal Internacional. Para os que estão interessados na Colômbia em particular, temos o vídeo que apresentamos brevemente hoje, e que também existe em CD. Gostaríamos de receber os comentários a respeito do vídeo por parte das pessoas que o levarem.

Meus agradecimentos ao Comitê Executivo do FIPA por ter este evento em suas prioridades nesta II Assembléia Geral, e a vocês, senhores legisladores.



### *8.5 Anexo 5 – O processo de integração comercial da ALCA*

#### **Apresentação feita à Assembléia Plenária pela Adv. Nivia R. Castellón, Vice-Ministra das Relações Exteriores do Panamá.**

*Versão original: Espanhol*

Temos o grande prazer de tê-los aqui pois os hemiciclos legislativos nos são caros. Vê-los aqui reunidos num ponto de convergência como o Panamá, no mesmo lugar em que, em 1826 Bolívar promulgou seu Congresso Anfictiônico, deve ter um sentido histórico e de responsabilidade.

Hoje vamos falar sobre um tema que creio ser extremamente interessante: a ALCA e seu impacto na economia da América Latina.

Realmente, a ALCA é um processo que busca a integração continental, baseado no conceito de livre comércio e de investimento. É um conceito que parte de um compromisso político dos Chefes de Estado e dos Governos de 34 países, que procura, através de uma reunião, na I Cúpula das Américas, chegar a confluir e ter uma área de livre comércio para o continente com características bem próprias. A primeira delas, uma vez constituída, será a maior área de livre comércio do mundo, com 34 países e um mercado potencial de 800 milhões de consumidores.

Até agora, os progressos conseguidos foram graças às três Cúpulas das Américas, sete reuniões ministeriais, a última sendo em Quito, Equador, doze reuniões do Comitê de Negociações Comerciais e múltiplas reuniões da mesa de negociação. Na prática, 145 reuniões nas diferentes mesas de negociações.

E o que conseguimos? Primeiro, até agora cumprimos rigorosamente o calendário de negociações, mesmo apesar dos lamentáveis acontecimentos de 11 de setembro. Os Estados que participam têm o compromisso de chegar a um acordo utilizando regras do jogo muito claras e o conceito principal do consenso.

Na prática, o que significa o consenso? Que a negociação é muito mais complexa, porém uma vez realizada, promove a sustentabilidade do acordo. Também significa que mesmo o país mais pequeno tem direito a isto, e o impacto é importante pois temos que fazer um esforço para conseguir que os acordos levem em conta essas regras. Outro conceito fundamental é que “Nada está negociado enquanto que tudo não estiver negociado”, o que se chama de um pacote. Da mesma forma, devemos considerar as assimetrias econômicas. O comentário do Presidente da Comissão de Relações Exteriores (Leg. Marco Ameglio), foi muito apropriado quando iniciou seu discurso dizendo que temos que considerar as assimetrias econômicas, o grau de desenvolvimento das economias e os tamanhos das economias. Há diferenças? Sim. Temos que considerá-las? Sim, temos que considerá-las e fazê-lo com transparência. Este é talvez um dos aspectos mais importantes da ALCA, e por isso os incito a consultar o site Internet onde podem encontrar o texto completo do que está sendo negociado.

Quais são os progressos alcançados? Gostaria de mencionar a VII Reunião Ministerial de novembro passado, à qual tive a oportunidade de assistir. Primeiro, houve uma retificação, estipulando que o acordo deve ser compreensivo, equilibrado e conseqüente com as regras de disciplina da Organização Mundial do Comércio. Ou seja, deve-se levar em conta a outra grande negociação mundial. Também deve-se levar em conta que este compromisso deve



incorporar os direitos e as obrigações consentidos por todos os países membros e, igualmente, deve-se considerar que existem acordos bilaterais e sub-regionais. Devo mencionar algo fundamental que nos interessa a todos: é o fato que durante esta cúpula Ministerial houve uma ratificação importante a respeito da agricultura. Isso constituiu um triunfo para as economias dos países da América Latina e para seu tratamento integral e não discriminatório nas negociações. Da mesma forma, na declaração incluiu-se a reafirmação do compromisso hemisférico quanto à eliminação dos subsídios às exportações que afetam o comércio de produtos agrícolas do hemisfério. Esse foi um tema muito delicado, porém que já foi consentido e que na prática tem um consenso em nível continental.

Também é importante considerar que concordou-se em tratar das diferenças dos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias. Insistiu-se nisto porque precisamente nos países da área do Caribe, e particularmente o grupo da Caricom, restam sérias dúvidas e objeções a esse respeito. Efetivamente, quando isso é indicado de maneira formal, além de dar um mandato à mesa de negociação para que seja considerado em cada negociação dos diferentes temas a serem tratados, se dá tranquilidade aos países que têm grandes problemas com certos setores assim como o agrícola. Além do mais —e isto corresponde a vocês, senhores parlamentares— aprovou-se um programa de cooperação hemisférica. Penso que parte da responsabilidade que lhes corresponde é a de lhes dar seguimento para que se torne, na prática, uma prioridade de todos os governos.

Esse programa de cooperação hemisférica tem vários objetivos: o primeiro é o de fortalecer a capacidade de negociação e implementação dos compromissos comerciais.

O acordo pode estar muito bem negociado, mas na prática, implementá-lo é um dos maiores desafios que possa existir e além do mais é custoso. Portanto, isso implica que temos que tomar as providências para que todos os países possam jogar em condições de igualdade e considerarem-se vencedores nessa aposta conjunta hemisférica que é a ALCA.

O segundo objetivo do programa que acabei de mencionar, é o de implantar o desafio da integração e poder elevar ao máximo os benefícios da mesma em termos de competitividade e capacidade produtiva da própria região. Temos que preparar-nos a competir. Devemos entender que a competência não se consegue simplesmente com um acordo, mas sim preparando os recursos humanos e as capacidades produtivas dos países. Além do que, isto indica o estabelecimento de um mecanismo para desenvolver estratégias nacionais e sub-regionais de capacitação comercial que definem, priorizam e articulam as necessidades. Desta maneira procuram-se identificar fontes de apoio financeiro e não financeiro, o que implica desafios aos países, às sociedades e aos setores produtivos, que vão além da negociação de um simples acordo

Quais são as implicações gerais mais favoráveis à América Latina? A primeira é que os mercados mais ricos da região (Estados Unidos e Canadá) irão abrir suas portas, e temos que assegurar-nos para que efetivamente seja assim. É crucial incluir os produtos agrícolas, têxteis e de manufaturação, que hoje têm barreiras tarifárias e não tarifárias nos mercados do norte. Isso é fundamental para termos o acordo que queremos estruturar, a fim de lograr que o objetivo mencionado seja realmente uma ferramenta de progresso e de desenvolvimento para os povos.

Do mesmo modo, nós consideramos que pode ser um excelente mecanismo para a implementação de políticas de desenvolvimento econômico em negociações de caráter





tecnológico. Obviamente, as formas de produção e as maneiras de organizar a atividade produtiva mudarão, o que pode vir a ser uma conseqüência importante quando considerada em paralelo com os esforços para ampliar os mercados internos dos países. Por outro lado, queremos poder promover e criar empregos, melhorando os termos de intercâmbio entre as nações da América.

Temos que proporcionar às pessoas, através da acumulação e da densidade do capital humano, a possibilidade de participar no desenvolvimento, para em vez de serem observadores passarem a ser protagonistas. Para termos sucesso, temos que nos preparar, e talvez esta seja uma das mensagens mais importantes. Além de sermos bons negociadores, devemos preparar-nos através de elementos fundamentais, pois nós somos as pessoas que fazem a diferença.

Também se promoverá um maior acesso a capitais produtivos, o que aumentará a formação de capital fixo, favorecendo melhores condições para o aumento da produção. O que quer dizer isto? Receberemos investimentos extra-continentais, pois é óbvio que através do tipo de acordo que resultar, será mais vantajoso estabelecer-se na América. Estamos falando de investimentos que devem vir de outras áreas, o que permitirá financiar desenvolvimentos através do investimento estrangeiro direto. Então, devemos entender que isso pode acontecer, e satisfazer as condições para que se passe da melhor maneira possível.

Quais são os desafios? Porque existem desafios! Oxalá fosse fácil! Se tivesse sido fácil, já teria sido implementado há muito tempo, porque, como disse no início, Bolívar já falava disso em 1826. Primeiro, devemos harmonizar as assimetrias econômicas das nações do continente, pois há países que são muito diferentes, e o acordo deve ter como fio condutor o conceito que as diferenças devem ser consideradas, tratadas e gerenciadas por políticas estáveis e consistentes.

O segundo, é o de promover, junto aos cidadãos e habitantes da região, o rigoroso conhecimento e compreensão da ALCA e de seu alcance. Nós fizemos um grande esforço falando perante os diferentes atuantes que devem desempenhar um papel significativo e implicarem-se nesse esforço. Levar a bom termo uma negociação não é a responsabilidade de um Ministério do Comércio ou de uma Chancelaria, é uma co-responsabilidade dos cidadãos.

Os outros grandes desafios são o de fomentar o acesso real aos mercados com reciprocidade, com um enfoque de equidade, com um enfoque de “ganhar-ganhar”. Aqui não pode haver ganhadores e perdedores, e nós temos que assegurar-nos para que assim seja.

Quais são as outras vantagens e oportunidades que vemos nisso tudo? Precisamente, os Estados que merecem esse acordo têm a oportunidade de conseguir tarifas comuns, homologação das regras do jogo, e maior facilidade de movimento e intercâmbio regional. O que significa, como já expliquei, a facilitação do investimento no hemisfério e do movimento de capitais, e mudanças na forma de organizar a projeção, a comercialização e a distribuição de bens. Deste modo, haverá uma promoção do comércio como uma ferramenta que fomenta o progresso e o desenvolvimento das nações do hemisfério. As empresas têm que fazer um grande esforço para utilizar os tratados de livre comércio como a ALCA, como ferramentas, pois no fundo são os setores produtivos que deverão fazê-lo eles mesmo.

A primeira vantagem que vejo é a do acesso aos mercados. Isso melhora nossa capacidade de competir, porque amplia a possibilidade de fazer mais eficientemente a atividade produtiva e há



uma homologação das regras do jogo. Haverá um maior intercâmbio em nível continental, pois poderemos começar a fazer negócios entre nós mesmos, com maiores vantagens no próprio intercâmbio hemisférico e com a possibilidade, no futuro, de termos tarifas externas à região. Este é um valor estratégico pois há outras regiões do mundo que se organizaram extremamente bem.

Há uma maior conscientização por parte do setor empresarial quanto a isto. A Rede Empresarial de Integração Hemisférica é um porta-voz importante em todo esse conceito. Assim como existe o FIPA, a Rede é o porta-voz do setor privado. Ela reúne quatrocentas organizações empresariais e realiza reuniões paralelas às reuniões ministeriais, nas quais se fazem recomendações concretas que são incorporadas aos processos de negociação.

Quais são nossas conclusões a respeito disto tudo? Nós consideramos que a ALCA é uma ferramenta essencial para a promoção do desenvolvimento e da prosperidade hemisférica. Creio que ela seja indispensável para a competitividade do Continente a médio e longo prazo. Outras regiões do mundo estão se organizando muito bem. Nós temos que aprender a construir sobre nossas convergências, entender quais são os fios condutores que poderão unir a América e, quem sabe, um dia veremos o que dizia Bolívar, que “a pátria é a América”.

Da mesma forma, consideramos que é importante trazer a prosperidade à região através do comércio. Porque? Porque acreditamos que o comércio fomenta um clima de segurança preventiva na área. E os países que gozam de igualdade de acesso às oportunidades, às possibilidades futuras e de equidade no acesso aos mercados, não são estufas de cultivo para o movimento de irregularidades, nem de terroristas.

É indispensável o acesso real ao mercado com reciprocidade, e é no que devemos insistir. Devemos levar em conta as realidades das diferentes economias da região, o grau de desenvolvimento e o tamanho das economias.

Nós achamos que a oportunidade está chegando; porém, como toda oportunidade, ela depende das pessoas. Ou seja, depende de nós decidir se a aproveitamos ou se a deixamos passar, ou se fazemos dela o que nos corresponde, pois temos responsabilidades históricas. E uma delas é a de tornar esta oportunidade ou este desafio numa verdadeira ferramenta para ajudar a mudança e fazer com que o futuro do nosso povo seja um futuro de prosperidade e de desenvolvimento.

O Panamá, como vocês sabem, é o candidato à sede permanente da ALCA. Porém, como vocês viram, esse não é o único objetivo que nos interessa. Estamos interessados em conseguir um acordo com equidade, um acordo que realmente seja uma ferramenta de progresso, de desenvolvimento e de prosperidade para todos os países. Existem razões de caráter histórico e comercial que nos sustentam neste desejo, além das que provamos de forma incontrovertível em nossa capacidade de sede temporária da ALCA.

No entanto, além disso tudo queremos tornar numa realidade o sonho de Bolívar, quando mencionou em sua carta da Jamaica, em 1815, que se o mundo tivesse que eleger uma capital, sem dúvida elegeria o Istmo do Panamá para este augusto destino, situado como está no Centro do Globo. E é o que também disse a nossa Sra. Presidenta. Muito obrigada.



## *8.6 Anexo 6 – Apresentação da Sra. Elizabeth Spehar*

### **Apresentação feita à Assembléia Plenária pela Adv. Elizabeth Spehar, Coordenadora Executiva da Unidade para a Promoção da Democracia da OEA.**

*Versão original: Espanhol*

As minhas primeiras palavras são para expressar a satisfação que tenho, como Coordenadora Executiva da Unidade para a Promoção da Democracia da OEA, de participar desta II Assembléia Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas. O Secretário Geral, César Gaviria, solicitou-me expressar suas sinceras desculpas por não poder assistir pessoalmente a esta Assembléia, que sem dúvida para a OEA é um evento de máxima importância. Também pediu-me para estender seus profundos e pessoais agradecimentos ao FIPA, ao Governo e ao Congresso do Panamá pela homenagem que renderam a ele e à OEA (pelo papel de apoio que desempenhou para que este Fórum se estabeleça e fortaleça como espaço interparlamentar americano por excelência).

Gostaria de começar este breve discurso agradecendo ao Governo e ao Congresso do Panamá por terem-se oferecido a serem os anfitriões desta reunião e pela maravilhosa e calorosa acolhida que me deram. Agradeço igualmente ao Governo e ao Parlamento do Canadá, especialmente ao seu atual Ministro das Relações Exteriores e do Comércio Internacional e Ex-Presidente do FIPA, Bill Graham, e à Senadora Céline Hervieux-Payette, que lutaram com vigor e de maneira infatigável para que essa idéia adquira a força necessária para converter-se na realidade que hoje nos reúne. O nosso reconhecimento também vai aos membros do Congresso aqui presentes e aos que participaram às reuniões anteriores, por terem acompanhado esse esforço tão importante para a integração das Américas e para o fortalecimento de todas as democracias do hemisfério.

Senhoras e senhores parlamentares,

O FIPA representa o primeiro e único organismo oficial de cooperação interparlamentar que vincula todos os poderes legislativos nacionais das Américas, introduzindo a dimensão parlamentar no tratamento da agenda hemisférica. Ele representa também um importante instrumento para fortalecer o papel dos poderes legislativos na região.

Desde as primeiras reuniões informais realizadas há apenas quatro anos em Washington, nas quais começou-se a formar a idéia de constituir este Fórum, até a data desta reunião, o FIPA, como nenhuma outra instituição parlamentar, conseguiu vários sucessos de importância. Entre eles, vale a pena mencionar a sua participação destacada na Cúpula das Américas de Quebec, Canadá, em 2001; o reconhecimento institucional do FIPA na Declaração dos Presidentes das Américas, na mesma ocasião; o esforço desta Assembléia para constituir um Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas, que foi o tema de trabalho de um dos cafés da manhã de hoje; e o tratamento oportuno, desde suas primeiras reuniões, de temas fundamentais para o progresso do hemisfério em matéria econômica, política e social.



Para continuar progredindo na consolidação do FIPA como principal fóro de intercâmbio parlamentar nas Américas, precisamos, além do impulso e compromisso político dos parlamentos dos Estados membros, consolidar um endosso técnico e financeiro para alcançarmos seus objetivos.

Efetivamente, os mandatos das Cúpulas presidenciais e da Assembléia Geral da OEA que orientam o trabalho de nossa organização, ressaltam como elementos importantes para o fortalecimento democrático, entre outros, a necessidade de aprofundar o diálogo e a cooperação interamericana entre parlamentares, num espírito de cooperação e de solidariedade. Nesse sentido, destacam-se o intercâmbio de experiências e práticas ótimas entre os legisladores nacionais do hemisfério, respeitando por vez, a separação e o equilíbrio de poderes através dos mecanismos bilaterais, sub-regionais e hemisféricos tais como o Fórum Interparlamentar das Américas. Esses mandatos constituem um reconhecimento, de mais alto nível, de que a existência de parlamentos resolutos, legítimos e fortes em todas as nações do hemisfério, é uma condição necessária para a consolidação democrática em nossos países e para manter o passo com o qual avança a integração interamericana.

A fim de cumprir esses mandatos, a Unidade para a Promoção da Democracia desenvolveu, em 1996, um Programa de Apoio ao Fortalecimento das Instituições Legislativas, que trabalha em estreita colaboração com as legislaturas nacionais, os parlamentos regionais e as instituições acadêmicas especializadas no assunto, na promoção do diálogo interparlamentar e na reforma e modernização parlamentar.

E é nesse contexto que o Fórum, além dos organismos específicos criados sob seu regulamento, solicitou à OEA, através de sua Unidade para a Promoção da Democracia, que continue apoiando, com sua experiência e conhecimentos, de forma permanente, o desenvolvimento institucional do FIPA. Este apoio, e os recursos adequados, poderiam consistir, como chegamos a realizar até agora, em assistência técnica essencial e logística às reuniões Plenárias e ao Comitê Executivo do FIPA, assim como uma série de atividades tais como: identificação dos temas da Agenda Interamericana que poderia requerer tratamento legislativo; assessoramento aos Congressos em relação às suas necessidades legislativas em matérias vinculadas às atividades do FIPA; apoio aos Grupos de Trabalho do FIPA e seguimento de seus acordos e tarefas, incluindo o desenvolvimento de fóros sub-regionais para dar continuidade a seus trabalhos; e apoio para a gestão da memória institucional do FIPA, entre outros.

Senhoras e senhores legisladores:

Estamos enfrentando enormes desafios em nosso hemisfério e, em alguns casos, até sérias ameaças à estabilidade econômica, ao equilíbrio social e mesmo à governabilidade democrática. As instituições democráticas são subvalorizadas, inclusive desprestigiadas, em muitos países, incluindo o parlamento de nossas nações. Existem desafios urgentes no âmbito da concertação e na busca de consensos mínimos, no trabalho combinado para superar as dificuldades sociais e econômicas, e no combate às calamidades da corrupção e do terrorismo, somente para mencionar alguns. Os congressos devem fortalecer-se para tornarem-se o cenário principal onde podemos encontrar os consensos básicos e deliberar e tratar dos problemas.

Pensamos que seja falsa a dicotomia que acontece em muitos lugares quando sugerimos que as instituições “formais” da democracia, ou seja, os partidos e os congressos, estão esgotados



e que necessariamente, portanto, o fortalecimento da democracia nas Américas deve ser realizado por meio da sociedade civil em prejuízo da via que representam essas primeiras. É verdade que na América necessitamos de uma sociedade civil organizada e robusta que fiscalize os trabalhos dos governos e que contribua à deliberação em matéria de políticas públicas. Porém somente com um apreciável fortalecimento e modernização dos poderes legislativos e dos partidos políticos que os integram, poderemos consolidar a democracia e enfrentar os problemas coletivos a fim de alcançar os objetivos de igualdade, integração e desenvolvimento.

Por isso, este Fórum representa um passo gigantesco na criação da noção de uma América unida na luta pela defesa dos direitos dos cidadãos e na obtenção de maior prosperidade para nossos povos. Aproveito esta palestra para também mencionar outra iniciativa, lançada há dois anos pela OEA, em resposta a mandatos provenientes da última Cúpula das Américas e da Carta Democrática Interamericana, sobre a qual falará o ilustre Embaixador panamenho perante a Organização, Juan Manuel Castulovich, e que se chama Fórum Interamericano sobre Partidos Políticos. Este Fórum –que agrupa vários setores da região, incluindo, em primeira instância, os representantes de uma gama muito variada e múltipla de partidos políticos, órgãos eleitorais, acadêmicos e representantes da sociedade civil organizada– tem como objetivo principal servir como espaço coletivo e mecanismo impulsor para a discussão e ação sobre os desafios relativos à reforma e modernização dos sistemas partidários e partidos políticos na região. Convido os parlamentares aqui presentes que se juntem a nossos esforços no contexto deste outro Fórum, e também proponho, respeitosamente, que o FIPA considere uma aliança estratégica com esse novo mecanismo interamericano de âmbito político.

Ilustres senhoras e senhores parlamentares, e honrados convidados:

Devemos conseguir que os organismos legislativos contribuam, de maneira mais efetiva e decidida, aos grandes propósitos que animam as políticas multilaterais de concertação nos temas prioritários da agenda hemisférica. Porém isso deve acontecer, necessariamente, através do compromisso e da ação dos próprios parlamentares.

O Fórum Interparlamentar das Américas é, e pode tornar-se ainda mais no futuro, um instrumento crucial para conseguir a ação decidida e concertada dos legisladores do hemisfério neste sentido.

Hoje, reitero, existem vários tópicos que necessitam de urgente atenção por parte dos congressos do hemisfério. Portanto, temas como a luta contra o terrorismo e contra a corrupção, assim como o Tratado de Livre comércio, poderiam constituir uma importante agenda que o FIPA poderia desenvolver com o apoio dos parlamentos nacionais e de outros organismos junto à OEA. Como parte desse esforço teremos que, entre outras ações, ratificar convenções e tratados internacionais, e também incorporá-los nos contextos jurídicos nacionais para conseguirmos legislações análogas. Depende muito do Poder Legislativo que o nosso hemisfério esteja na vanguarda destes e de outros temas.

Permito-me sugerir também que o próprio papel do parlamento em nossas democracias, assim como a sua função para superar as debilidades ou crises de governabilidade democrática que se manifestaram em nosso hemisfério, sejam igualmente temas de preocupação direta e privilegiada deste nobre Fórum.



Para finalizar, gostaria de reiterar mais uma vez nossa vocação para trabalhar pela causa das Américas e de seguir apoiando os esforços do FIPA, combinando nossos esforços para construir um continente mais justo, mais próspero e mais pacífico. Esperamos que as deliberações que aqui se realizam e as conclusões que se elaboram dêem frutos e ajudem nossos governos a formular novos mandatos ou diretrizes para enfrentar apropriadamente as novas e consideráveis tarefas históricas que nos aguardam.

Muito obrigada.



## *8.7 Anexo 7 – Agenda de Trabalho da II Assembléia Plenária*

**Agenda de Trabalho**  
**II Assembléia Plenária do FIPA**  
**“Desafios e oportunidades da integração hemisférica”**  
Cidade do Panamá, 19 a 22 de fevereiro de 2003

### **Quarta-feira, 19 de fevereiro de 2003**

Chegada dos delegados

10.00 – 18.00 Inscrição dos delegados e entrega de documentos - Hotel El Panamá

18.00 – 19.00 Coquetel de boas-vindas oferecido pelo Hon. Marco Ameglio

19.00 – 22.00 Jantar – Reunião do Comitê Executivo

### **Quinta-feira, 20 de fevereiro de 2003**

8.00 – 9.00 Inscrição dos delegados e entrega de documentos

9.00 – 9.45 Sessão inaugural (Salão Bella Vista)

- Discurso do Honorável Legislador Marco Ameglio, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Assembléia Legislativa do Panamá
- Discurso da Honorável Senadora Céline Hervieux-Payette, Presidenta do FIPA
- Discurso do Honorável Legislador Alcibíades Vásquez, Presidente Encarregado da Assembléia Legislativa do Panamá
- Discurso da Excelentíssima Senhora Mireya Moscoso, Presidenta da República do Panamá

- Pausa (10 minutos)

10.00 – 10.20 Apresentação: Atualização sobre a Cúpula das Américas

S.E. Paul Durand

Embaixador do Canadá junto à Organização dos Estados Americanos

10.20 – 10.40 Apresentação: A importância do Tribunal Penal Internacional



H. Jimmy Chamorro Cruz  
Senador da República da Colômbia

10.40 – 11.00 Apresentação: O Processo de Integração Comercial da ALCA

Sra. Nivia Roxana Castrellón

Vice-Ministra das Relações Exteriores do Panamá

- Pausa (20 minutos)

11.30 – 12.30 Primeira Sessão da II Assembléia Plenária

- Aprovação da agenda de trabalho
- Eleição do Presidente da II Assembléia Plenária
- Relatório da Presidência do FIPA à Plenária

12.30 – 13.30 Primeira Sessão dos Grupos de Trabalho

- Instalação dos Grupos de Trabalho
- Apresentação dos especialistas

13.30 – 15.30 Almoço oferecido pelo Presidente Encarregado da Assembléia Legislativa do Panamá, H.L. Alcibíades Vásquez

Orador convidado: H. Germán Vargas Lleras, Senador da Colômbia

Apresentação: A Cooperação Internacional contra o Terrorismo.

16.00 – 18.30 Segunda Sessão dos Grupos de Trabalho

19.00 – 21.00 Recepção oferecida pela Presidenta do FIPA e o Embaixador do Canadá no Panamá em honra dos delegados do FIPA





### **Sexta-feira, 21 de fevereiro de 2003**

8.00 – 9.00 Constituição do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas  
Café da manhã de trabalho

9.00 – 13.00 Sessão dos Grupos de Trabalho

- Continuação das discussões
- Elaboração das recomendações e dos relatórios

13.30 – 14.30 Conferência de imprensa do Comitê Executivo sobre os progressos da Assembléia Plenária do FIPA (Salão Esmeralda)

14.30 – 16.00 Almoço oferecido pela Assembléia Legislativa do Panamá em honra de S.E. César Gaviria Trujillo, Secretário Geral da OEA.  
Homenagem de reconhecimento por sua contribuição ao FIPA e por seu trabalho frente à OEA. (Salão Bella Vista)

16.30 – 19.00 Assembléia Plenária (Salão Cristal)

- Apresentação dos relatórios dos Grupos de Trabalho
- Atualização sobre o Projeto do Parlamento Virtual
- Eleição dos novos membros do Comitê Executivo
- Escolha da sede da próxima Assembléia Plenária
- Encerramento

20.00 – 22.00 Coquetel oferecido por S.E. Harmodio Arias, Ministro das Relações Exteriores do Panamá.

### **Sábado, 16 de março de 2002**

09.00 - 10.30 Café da manhã – Reunião do novo Comitê Executivo do FIPA  
Partida dos delegados



## *8.8 Anexo 8 – Relatório Anual da Presidenta do FIPA*

### **Relatório Anual à Assembléia Plenária da Presidenta do FIPA**

**Senadora Céline Hervieux-Payette**

**Quinta-feira, 20 de fevereiro de 2003**

Estimados colegas parlamentares:

Desde a nossa última Assembléia Plenária realizada na Cidade do México em março de 2002, os membros do Comitê Executivo continuaram seus esforços para fortalecer e desenvolver este importante Fórum Parlamentar, que acolhe os legisladores nacionais de todos e cada um dos estados soberanos do nosso continente.

Tenho o prazer de apresentar, em seguida, um resumo das principais atividades do FIPA durante o último ano.

#### **Reuniões do Comitê Executivo**

Em 2002 o Comitê Executivo reuniu-se em duas ocasiões, não apenas para coordenar os preparativos desta Assembléia Plenária, mas também para discutir sobre o futuro da nossa organização.

A primeira reunião foi no mês de agosto em Buenos Aires, atendendo a um amável convite do nosso colega e amigo Marcelo Stubrin. Nessa ocasião, os membros tiveram a oportunidade de decidir sobre os assuntos a serem tratados durante a Assembléia Plenária. Também foi discutido o tema do Tribunal Penal Internacional e decidiu-se incluí-lo na agenda da Plenária.

Por outro lado, os membros debateram as prioridades da organização e concluíram que o FIPA deve envolver-se plenamente nos assuntos do sistema interamericano e dar seguimento permanente à iniciativa de cooperação hemisférica dentro do processo da Cúpula das Américas. Neste sentido, decidiu-se que o Comitê Executivo deve manifestar-se em relação aos assuntos que afetam os países membros e executar as ações institucionais que permitem mobilizar os parlamentares e a opinião pública para agir em situações especiais. Do mesmo modo, decidiu-se que o FIPA deve incentivar o desenvolvimento de legislação harmônica, através do estímulo do diálogo interparlamentar no hemisfério, e deve transformar-se no instrumento utilizado pelos parlamentares do continente para dar um seguimento contínuo ao processo de negociação da ALCA.

Além do mais, escolheu-se uma nova imagem corporativa do Fórum como parte de uma estratégia de comunicação para melhorar a promoção do FIPA no hemisfério. Os elementos gráficos do logotipo incluem o mapa das Américas, o globo terrestre alongado sobre um fundo dourado, o texto abreviado “FIPA” no centro e o texto completo nos quatro idiomas oficiais na parte superior e inferior.

Finalmente, os membros do Comitê Executivo aprovaram duas declarações relacionadas com acontecimentos do setor econômico nos países da região. Na primeira delas, proposta pelo



representante do Brasil, deputado Luiz Carlos Hauly, os membros manifestaram sua preocupação pelos critérios subjetivos utilizados pelas agências privadas de classificação de risco para aumentar a classificação de risco de alguns países da nossa América. Na segunda declaração, apresentada pelo deputado anfitrião Marcelo Stubrin, os membros expressaram sua solidariedade com o povo argentino ao atravessarem a presente crise econômica em seu país. Igualmente, apelaram à solidariedade hemisférica para executar ações imediatas com o propósito de fortalecer a estabilidade política, econômica e social na região (*vide o texto completo das declarações no anexo 1*).

A segunda reunião do Comitê foi realizada aqui mesmo na Cidade do Panamá, a princípios de dezembro de 2002. Naquela ocasião tivemos a oportunidade de finalizar os detalhes relacionados com a agenda e o programa da Assembléia Plenária, e obter um relatório sobre o progresso dos preparativos por parte do comitê organizador.

Do mesmo modo, os membros do Comitê apoiaram a iniciativa apresentada pela delegação argentina para formar o Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas. Concordou-se realizar uma reunião preparatória no contexto da Assembléia Plenária, na qual serão definidos os objetivos e o plano de ação desse grupo. Essa reunião será presidida pela deputada Margarita Solbizer da Argentina, autora da proposta, e será realizada amanhã, na sexta-feira, às 8.00 horas da manhã.

Além disso o Comitê emitiu duas declarações: na primeira ele expressa sua preocupação pela intensificação do conflito armado na Colômbia, declarando seu apoio às suas instituições democráticas e rejeitando a violência e o seqüestro neste país. Na segunda declaração, o Comitê manifesta seu apoio à gestão da Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), em busca de uma solução pacífica à crise na Venezuela (*vide o texto completo das declarações no anexo 2*).

### **Visita à Colômbia**

Depois da reunião do Comitê Executivo no Panamá, realizei uma visita de dois dias a Bogotá, Colômbia, onde tive a oportunidade de fazer a entrega oficial da declaração de apoio do FIPA, emitida no Panamá. Tanto o Presidente do Senado, Dr. Luis Alfredo Ramos, como o Presidente da Câmara de Representantes, Dr. William Velez, acolheram com emoção essa declaração e ressaltaram a importância que representa o apoio internacional para o governo colombiano, em seu esforço para alcançar a paz.

A Vice-Ministra das Relações Exteriores, Dra. Clemencia Forero, recebeu igualmente de forma positiva a declaração e agradeceu, em nome de seu governo, pela preocupação dos parlamentares das Américas com o bem-estar do povo colombiano.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para expressar minhas mais sentidas condolências às famílias das vítimas dos recentes ataques terroristas na Colômbia. O povo da Colômbia não merece ser vítima de tanta violência e tanto derramamento de sangue, pois se pude comprovar algo durante a minha visita a esse país foi que a aspiração à paz é o denominador comum entre os colombianos.



### **Criação da Secretaria Técnica Permanente do FIPA**

Os membros do Comitê Executivo concordaram que era necessário criar uma Secretaria Permanente para o FIPA, funcionando não somente como o ente administrativo do Fórum, mas também como o ente que permita dar seguimento às decisões e recomendações da Assembléia Plenária do Comitê Executivo. Da mesma forma, ela estaria encarregada dos preparativos para as reuniões da Assembléia Plenária, incluindo a preparação e divulgação dos documentos de trabalho, a distribuição dos convites e coordenação logística.

Esta Secretaria fará parte de uma entidade legalmente constituída, com sede em Ottawa, Canadá, pelo tempo que os membros estimem conveniente. Seu estabelecimento se fará gradualmente, de forma que seja possível resolver as necessidades imediatas da organização, à medida que ela se dirige rumo à consolidação de uma instituição permanente. Para tal, os membros do Comitê Executivo concordaram que, em sua etapa inicial, os serviços dos empregados serão doados pelos países membros do FIPA que assim o decidam. Do mesmo modo, o funcionamento administrativo será financiado por meio de contribuições voluntárias dos membros.

Neste sentido, o representante do Brasil, Deputado Luiz Carlos Hauly, ofereceu organizar com seu parlamento a doação dos serviços de um empregado permanente em Ottawa. Por sua parte, a Senadora Silvia Hernández informou que o parlamento mexicano está disposto a contribuir fundos para o financiamento inicial. Da mesma forma, o Legislador Marco Ameglio ofereceu organizar com seu parlamento uma contribuição anual.

Com respeito ao financiamento desta iniciativa, o Comitê está de acordo que os fundos devem vir dos parlamentos membros do FIPA. Portanto, a partir do próximo ano, se pedirá aos membros uma contribuição permanente na forma de uma quota anual, a qual será estabelecida de acordo a um critério regional.

### **Evolução do Projeto do Parlamento Virtual das Américas**

Apesar de que amanhã teremos uma apresentação detalhada sobre a evolução do projeto do Parlamento Virtual das Américas, gostaria de ressaltar alguns sucessos importantes realizados desde que a iniciativa foi apresentada na reunião no México em março de 2002.

A primeira parte do projeto, correspondente ao desenho da página Internet do FIPA, foi realizada com sucesso em meados do ano passado, e desde então foram feitas duas atualizações da mesma. Nas próximas semanas, se fará uma nova atualização para incluir os resultados desta Assembléia Plenária, garantindo assim que toda a informação institucional do FIPA esteja disponível para consulta permanente.

O primeiro piloto dentro do projeto do Parlamento Virtual foi a criação de uma ferramenta para apoiar os trabalhos do Comitê Executivo e permitir o intercâmbio de informação e documentos de forma eficiente. Este Espaço de Trabalho na rede foi anunciado na reunião de Buenos Aires e ajudou os membros a trocar informações sobre a reunião no Panamá.

Além disso, em 29 de janeiro deste ano, realizou-se uma reunião virtual do Comitê através do Parlamento Virtual, a qual se desenvolveu sob forma de “chat” com tradução simultânea em três idiomas. Essa reunião foi presidida por mim a partir do Canadá, e contamos com a participação da Senadora Silvia Hernández desde o México, do Deputado Luiz Carlos Hauly



desde o Brasil, e do Deputado John Godfrey e do Secretário Executivo, Mateo Barney, também no Canadá. Infelizmente, devido a problemas técnicos, alguns membros do Comitê não puderam estabelecer contato na hora combinada.

Apesar dos contratempos, essa primeira experiência foi considerada como a estréia de uma nova ferramenta para estimular o diálogo interparlamentar, utilizando a tecnologia que temos à nossa disposição. Também nos mostrou como a idéia proposta pela delegação mexicana na reunião inaugural do FIPA em Ottawa tomou forma e é hoje em dia uma realidade.

### **Temas da Assembléia Plenária**

Como mencionado anteriormente, um dos objetivos principais do FIPA é o de tornar-se um instrumento por meio do qual os legislativos das Américas possam participar do processo da ALCA. Para tal, é importante que os parlamentares se familiarizem com os diversos aspectos das negociações e possam, dessa forma, ver as nuances do processo. Por isso, nossas discussões deste ano terão como objetivo analisar alguns dos desafios e oportunidades associados à integração hemisférica, a partir de três perspectivas diferentes.

Assim, o primeiro grupo de trabalho considerará os diferentes sistemas tributários das Américas e avaliará a relação entre as políticas fiscais dos países e sua competitividade comercial, seu crescimento econômico e desenvolvimento social. Esse grupo será presidido pela Senadora Silvia Hernandez, do México, e contará com a participação dos doutores Alberto Barreix, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, e Claudino Pita, do Centro Interamericano de Administrações Tributárias.

O segundo grupo de trabalho, que será presidido pelo Deputado Marcelo Stubrin, da Argentina, discutirá sobre o impacto das crises econômicas e financeiras na região. O orador convidado para esse grupo de trabalho é o Dr. Roberto Frenkel, Pesquisador Titular do Centro de Estudos do Estado e da Sociedade (CEDES) e Professor da Universidade de Buenos Aires.

O terceiro grupo de trabalho discutirá o progresso das negociações atuais da ALCA, enfatizando os aspectos relacionados às distorções ao comércio e à solução de controvérsias. Esse grupo será presidido pelo Sr. John Godfrey, Membro do Parlamento do Canadá, e contará com a participação do Dr. Peter Kirby, Sócio Principal e Presidente do Grupo de Comércio Internacional da Empresa Fasken Martineau.

Convido-os, portanto, a se repartirem entre os diferentes grupos de trabalho a fim de aproveitar ao máximo as discussões que permitirão liberalizar os mercados, instaurar a justiça social e melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos das Américas.

\*\*\*\*\*



**Declaração do Comitê Executivo do FIPA, a respeito dos critérios de qualificação de risco-país utilizados para alguns países das Américas**

Buenos Aires, Argentina, 10 de agosto de 2002.

O Comitê Executivo do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), reunido em Buenos Aires, Argentina, expressa sua preocupação a respeito dos critérios subjetivos que as agências privadas de qualificação de risco utilizaram para aumentar a qualificação de risco de alguns países em desenvolvimento na nossa América, ignorando a situação real das economias de cada país, causando graves conseqüências para sua estabilidade financeira e criando assim mais pobreza e ingovernabilidade.

\* \* \* \* \*



**Declaração do Comitê Executivo do FIPA, a respeito da crise econômica  
dos países da região**

Buenos Aires, Argentina, 10 de agosto de 2002.

Os membros do Comitê Executivo do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), reunidos em Buenos Aires, Argentina, declaram que:

- Comprovamos com preocupação que a crise que atravessa a República Argentina é de tal gravidade que afeta todos os planos: o político, o econômico e o social. Os índices de desemprego alcançados, a prolongada recessão que já dura mais de quatro anos, e as dificuldades existentes para satisfazer o acúmulo de demandas sociais resultantes da situação –complementados pela quebra da ordem jurídica contratual motivada pela impossibilidade do sistema financeiro de devolver os depósitos aos poupadores argentinos– constituem verdadeiramente uma ameaça à continuidade das instituições republicanas e à paz social.
- Nas circunstâncias atuais, não podemos ignorar que o contexto da América do Sul é de uma fragilidade tal que obriga a todos os que sentem o compromisso da verdadeira solidariedade hemisférica em empreender ações sem maiores demoras na tentativa de garantir a estabilidade política, econômica e social na região.
- A situação argentina, em particular, está longe de ser um caso isolado, e poderíamos efetivamente entender que após crises sucessivas, chegou a vez da América do Sul. É a sua vez de mostrar a volatilidade de seus mercados, como conseqüência de defasagens no sistema financeiro internacional que nem o Banco Mundial, nem o FMI puderam advertir ou corrigir a tempo.
- Além da gravidade da situação que a Argentina atravessa estes dias, e das conseqüências negativas que o povo sofre em suas condições de vida, vemos com esperança que os argentinos estão resolutos em solucionar seus problemas dentro do sistema democrático.
- Observamos que as condições existem para que, uma vez restabelecido o sistema financeiro, a Argentina possa mobilizar rapidamente seus recursos naturais e humanos, gerando e distribuindo riquezas, rompendo o círculo vicioso da recessão e recomeçando um novo período de crescimento econômico e estabilidade.

É por isso tudo que nos comprometemos em solicitar a nossos respectivos governos, que no âmbito dos organismos de crédito internacional, empreendamos uma ação conjunta conduzente a atender as necessidades dos povos e das democracias da América do Sul.



### **Declaração de apoio às instituições democráticas na Colômbia**

*Observando* com preocupação que a intensificação da violência na Colômbia ameaça gravemente a estabilidade social, política e econômica daquele país e que pode afetar a outros países da área;

*Salientando* que a proteção da população civil da Colômbia é e deve sempre ser uma preocupação primordial para todas as partes envolvidas no conflito;

*Reconhecendo* os esforços do Governo colombiano para garantir a preservação de suas instituições democráticas e o fortalecimento do Estado de Direito; e

*Destacando* a importância do parlamento no fortalecimento dos valores democráticos, das condições para o desenvolvimento e bem estar do povo colombiano;

***Os membros do Comitê Executivo do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), reunidos na Cidade do Panamá nos dias 6 e 7 de dezembro de 2002:***

*Expressam* seu apoio aos valores democráticos professados na Colômbia e reiteram a importância de continuar a defender esses valores através das instituições parlamentares;

*Solicitam* a liberação imediata de todas as pessoas sequestradas na Colômbia, inclusive vários membros do Congresso, membros das forças públicas de proteção civil e uma ex-candidata presidencial;

*Apelam* a todas as partes envolvidas no conflito para respeitar o direito internacional humanitário e tomar as medidas tendentes a alcançar a paz, para proporcionar um futuro seguro a todos os colombianos;

*Celebram* o compromisso manifestado pelo Governo da Colômbia em procurar a ajuda internacional para encontrar uma solução ao conflito armado;

*Incitam* o Governo colombiano a continuar trabalhando na criação de mecanismos que fortaleçam suas instituições, assegurando a transparência e a boa gestão governamental; e

*Manifestam* o interesse do FIPA em contribuir de forma positiva à busca da paz na Colômbia, através do apoio solidário e da cooperação dos países das Américas.





### **Declaração sobre os acontecimentos na Venezuela**

*Observando* com preocupação os recentes acontecimentos que ameaçam a estabilidade social, política e econômica na Venezuela;

*Reconhecendo* os esforços que a Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) tem realizado na busca de uma solução concertada à situação especial em que hoje vive o povo venezuelano;

***Os membros do Comitê Executivo do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), reunidos na Cidade do Panamá nos dias 6 e 7 de dezembro de 2002:***

*Apoiam* as ações realizadas pela Secretaria Geral da OEA que procuram restabelecer a estabilidade e a paz na Venezuela.

\*\*\*\*\*



### *8.9 Anexo 9. Reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas*

*Original: Espanhol*

#### **Resumo Executivo da reunião de trabalho para a constituição do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas**

No âmbito da II Assembléia Plenária do FIPA, as parlamentares presentes realizaram uma reunião de trabalho presidida pela Deputada Argentina Margarita Stolbizer, com a finalidade de discutir a moção apresentada pela delegação argentina para a criação do “Grupo de Mulheres parlamentares das Américas”.

A Legisladora panamenha Gloria Young deu as boas-vindas em nome do país anfitrião e apresentou a presidenta da reunião. Por sua parte, a Deputada Stolbizer começou a reunião apresentando a agenda de trabalho, composta dos seguintes itens:

- a. Palavras de boas-vindas
- b. Apresentação da moção proposta para a constituição do “Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas”.
- c. Constituição do Grupo
- d. Definição dos objetivos do Grupo
- e. Definição das linhas de ação
- f. Aprovação do relatório e das recomendações a serem apresentadas à Assembléia Plenária

A moção proposta para a criação do Grupo se baseia no Regulamento do FIPA o qual, no Capítulo III (Organização e funcionamento), numeral 2, alínea a), indica expressamente que “as delegações devem ter participação feminina”.

A Deputada Stolbizer destacou que os principais desafios do FIPA são o fortalecimento das democracias na região e a distribuição dos benefícios da globalização. Também procura-se criar linhas de ação que promovam uma maior equilíbrio entre os povos e eliminem a polarização que ocorre dentro de cada país, assim como entre os fortes e os fracos.

Por outro lado, fez-se uma análise da condição da mulher no trabalho e a severa discriminação trabalhista à qual elas estão submetidas, especificamente no que se refere à sua entrada no mercado trabalhista, posto que se incorporam de forma precária em função das diferenças de salários. Além do mais, algumas vezes não recebem as mesmas prestações de aposentadoria do que os homens, como resultado direto do impacto diferenciado e das políticas de ajuste da globalização sobre os diversos grupos vulneráveis, em especial o das mulheres.

Do mesmo modo, uma percentagem elevada de mulheres no continente são do lar, e elas permanecem na “economia submergida” sem a proteção de recursos legais. Como resultado, seu trabalho costuma ser invisível na economia nacional e freqüentemente elas arcam com as responsabilidades que competem ao estado.

A Deputada Stolbizer destacou que entre outras, essas são as razões que justificam a inclusão do tema das mulheres e a perspectiva de sexo no debate de base do FIPA. Por outro lado, a



discussão do fortalecimento das democracias deve acontecer paralelamente à promoção da liderança política das mulheres. Finalmente, ela ressaltou que “com mulheres mais livres haverá povos mais livres”.

A Deputada mexicana Silvia Álvarez iniciou o debate das parlamentares participantes, manifestando sua aprovação da moção e recomendando que a mesma fosse apresentada mais energicamente à Plenária.

Céline Hervieux-Payette, Presidenta do FIPA, indicou que fatores históricos e econômicos impedem a participação permanente das mulheres em tais fóros, já que existem pequenas nações que não dispõem de recursos econômicos e não contam com suficiente representação política de mulheres nos Parlamentos. Da mesma forma, a representante da UPD, a Sra. Elizabeth Spehar, recomendou o fortalecimento da participação das mulheres no âmbito da política.

A Legisladora Rebeca Saona, do Panamá, manifestou sua aprovação à proposta apresentada e mencionou a participação destacada da mulher panamenha na área cultural, política, social e educativa. Por outro lado, ela concordou com a Presidenta do FIPA sobre a necessidade de aumentar a percentagem de participação política das mulheres no Parlamento.

A Deputada Kyra De La Rosa, em nome da Delegação da Costa Rica, aproveitou a oportunidade para informar o grupo sobre a situação da mulher em seu país, destacando que atualmente a representação feminina no Parlamento é de 40% e em nível municipal, de 60%.

Eleni Bakopanos, Deputada do Canadá, indicou a necessidade de analisar o documento proposto e definir o funcionamento do Grupo de Mulheres, assim como o tipo de relação que manteria com o Comitê Executivo. A presidenta da reunião esclareceu que nesta ocasião somente se reuniram para discutir a aprovação da constituição do Grupo de Mulheres, seus objetivos e as linhas de ação.

A Legisladora Haydee Milanés de Lay, do Panamá, expressou a necessidade de criar propostas para melhorar a situação econômica das mulheres e trabalhar na região para a eliminação das barreiras que impõem obstáculos à participação política da mulher e que, em muitas ocasiões são causadas por elas mesmas.

Nancy Patricia Gutiérrez, Deputada da Colômbia, recomendou adicionar aos objetivos gerais do documento original, a “Criação de mecanismos que incentivam a participação das mulheres na política”, o que foi aprovado.

Silvia Hernández, Senadora do México, propôs estruturar o Grupo de Mulheres com a coordenação de dois representantes de cada sub-região participante, modificando o que foi apresentado na moção original.

Céline Hervieux-Payette, Presidenta do FIPA, interveio mantendo que os temas de funcionamento interno do Grupo de Mulheres e suas relações com o resto da organização, devem ser discutidos uma vez que se tenha aprovada a constituição do mesmo na Plenária. Em seguida, cada sub-região nomeará seus representantes.

Após um debate extenso e tendo incorporado as modificações aprovadas, as parlamentares participantes concordaram em submeter o documento para a consideração da Assembléia Plenária, sua discussão e aprovação.



### 8.10 Anexo 10 – Resolução de reconhecimento ao Secretário Geral da OEA.

Reconhecendo o papel fundamental da Organização dos Estados Americanos (OEA), e em particular de seu Secretário Geral, na implementação de um processo que culminou com a criação do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), como instituição que reúne todos os legisladores dos países da América;

Reconhecendo os esforços realizados pelo Secretário Geral da OEA na busca da paz e no fortalecimento da democracia no hemisfério;

Os representantes dos corpos legislativos das Américas, reunidos na Cidade do Panamá no contexto da II Assembléia Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA):

Formulam um expresse reconhecimento a **S.E. César Gaviria Trujillo**, por sua contribuição ao fortalecimento do papel do Poder Legislativo na democracia das Américas e desejam que o sucesso coroe seu trabalho na direção da Secretaria Geral da OEA.

Hon. Céline Hervieux-Payette  
Senadora de Canadá  
Presidenta del FIPA

Hon. Marco Ameglio  
Legislador de Panamá  
Presidente II Asamblea Plenaria del FIPA

Hon. Silvia Hernández  
Senadora de México  
Miembro del Comité Ejecutivo del FIPA

Hon. John Godfrey  
Diputado de Canadá  
Miembro del Comité Ejecutivo del FIPA

Hon. Carlos S. Nájera  
Diputado de Guatemala  
Miembro del Comité Ejecutivo del FIPA

Hon. Cirio C. Zepeda  
Diputado de El Salvador  
Miembro del Comité Ejecutivo del FIPA

Hon. Luiz Carlos Haufy  
Diputado de Brasil  
Miembro del Comité Ejecutivo del FIPA

Hon. Marcelo Stubrin  
Diputado de Argentina  
Miembro del Comité Ejecutivo del FIPA

Dado em Cidade do Panamá, no dia 21 de fevereiro de 2003.



*8.11 Anexo 11 – Resolução para a criação do Grupo Parlamentar de luta contra o terrorismo.*

*Original: Espanhol*

**Resolução para a criação do Grupo Parlamentar de Luta contra o Terrorismo**  
*(Apresentada pela delegação da Colômbia e aprovada pela II Assembléia Plenária)*

1. *Observando* o risco que, para o mundo e especialmente para a América, representa o terrorismo do qual foram vítimas vários de nossos países;
2. *Reconhecendo* a importância de garantir a preservação das instituições democráticas, o fortalecimento do estado de direito e o respeito ao direito internacional humanitário;
3. *Compreendendo* a importância de tomar ações internas imediatas em apoio aos compromissos regionais e internacionais subscritos pelos países das Américas para a derrota do terrorismo, tais como o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional e a Convenção Interamericana contra o Terrorismo;
4. *Conscientes* da necessidade de unificar as posições na luta contra a violência terrorista, o que tem por consequência reforçar os instrumentos de cooperação internacional nos países das Américas;

***Os membros do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), reunidos na Cidade do Panamá na II Assembléia Plenária, recomendam:***

1. Integrar um grupo de trabalho que se reúna periodicamente, para dar seguimento aos mecanismos coletivos de luta contra o terrorismo e promover o cumprimento de compromissos no hemisfério americano;
2. Que esse grupo de trabalho se reúna pela primeira vez na Colômbia no próximo mês de abril, antes da reunião sobre segurança a ser realizada pela OEA na Cidade do México.



### *8.12 Anexo 12 – Resolução para a criação do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas*

*Original: Espanhol*

#### **Resolução para a criação do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas** (Aprovada por unanimidade na II Assembléia Plenária)

*Considerando* a proposta apresentada pela delegação argentina para a criação de um Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas no contexto do FIPA;

*Levando em conta* os resultados da reunião preparatória do grupo de parlamentares do FIPA, presidida pela Deputada argentina Margarita Stolbizer e realizada na Cidade do Panamá em 21 de fevereiro de 2003, no contexto da II Assembléia Plenária do FIPA;

***Os membros do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), reunidos na Cidade do Panamá em sua II Assembléia Plenária, resolvem:***

*Aprovar* a criação do “Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas”, o qual funcionará como um grupo de ação permanente dentro do contexto do FIPA;

*Consentir* que este grupo de trabalho seja coordenado por dois representantes de cada uma das sub-regiões das Américas (Norte, Centro, Sul e Caribe) e que tenha como objetivos gerais:

1. Fortalecer a liderança das mulheres políticas, através de ações permanentes de intercâmbio regional;
2. Promover a criação de condições para igualdade de oportunidades, dando prioridade ao combate à pobreza e à eliminação da discriminação no trabalho;
3. Fortalecer a democracia nos países da América, com a finalidade de conseguir a vigência dos direitos humanos e condições que promovam um desenvolvimento social equitativo e sustentável;
4. Promover a criação de mecanismos que incentivem a participação das mulheres na política; e
5. Fortalecer a participação ativa das mulheres nos encontros de trabalho do FIPA, incorporando a perspectiva de gênero em cada um dos temas analisados pela organização; e

*Apoiar* o plano de ação inicial proposto na reunião preparatória cujos objetivos gerais são:



1. Promover o debate e o intercâmbio regional de experiências e de atividades legislativas, através da interação permanente e a realização de encontros regionais e/ou sub-regionais, para o cumprimento dos objetivos propostos;
2. Sensibilizar as mulheres da região na análise dos desafios e oportunidades da integração hemisférica, temas da pauta de discussão da II Assembléia Plenária, realizada na Cidade do Panamá;
3. Analisar o impacto negativo da crise econômico-financeira da região sobre as mulheres, propondo políticas de cooperação para sua abordagem e solução; e
4. Produzir um diagnóstico participativo que permita visualizar a situação das mulheres na região.

\*\*\*\*\*



### *8.13 Anexo 13 – Resolução a respeito da crise do Iraque*

#### **Resolução a respeito da crise do Iraque** (Aprovada por unanimidade na II Assembléia Plenária)

*Original: Inglês*

Nós, os Parlamentares das Américas, reunidos na II Assembléia Plenária do FIPA, preocupados com a ameaça à paz mundial que representa a atual crise do **IRAQUE**, e

#### **CONSIDERANDO:**

Que a Comunidade Internacional está fundamentalmente preocupada e sente a ameaça que as armas de destruição maciça, atômicas, biológicas e/ou químicas possam ser utilizadas por uma nação, estado ou por entidades não governamentais para atacar a paz, a segurança e o bem-estar de outros povos;

Que a posse de armas de destruição maciça deveria ser limitada o quanto mais possível na Comunidade Internacional e, em qualquer caso, sua posse deveria ser transparente e de conhecimento da Comunidade Internacional, para maior segurança geral;

Que desde 1991 o Conselho de Segurança das Nações Unidas pôs em vigor sanções econômicas contra o Iraque pela falta de disposição dos iraquianos em divulgar e eliminar as armas de destruição maciça; e

Que o Iraque tem resistido a todas as medidas das Nações Unidas para a inspeção do potencial iraquiano no uso das armas de destruição maciça, e que só recentemente permitiu as vistorias das Nações Unidas como consequência da Resolução 1441 do Conselho de Segurança da ONU;

#### **RESOLVEMOS:**

*Outorgar* um aval irrestrito à Resolução 1441 do Conselho de Segurança das Nações Unidas;

*Instar* com o Iraque para que cumpra totalmente e sem reservas uma vistoria aberta e transparente, como exige a Resolução 1441 e as resoluções anteriores do Conselho de Segurança das Nações Unidas;

*Advertir* o Iraque contra a posse de armas de destruição maciça no interesse da segurança e estabilidade do mundo como um todo;

*Insistir* para que nenhum Estado ou Estados membros das Nações Unidas executem ações contra o Iraque, à margem de uma Resolução expressa do Conselho de Segurança das Nações Unidas;

*Apoiar* a eliminação das armas de destruição maciça e considerar uma solução multilateral combinada para o problema; e

*Apoiar* o trabalho da Agência Internacional de Energia Atômica e dos inspetores das Nações Unidas.





#### *8.14 Anexo 14 – Relatório e recomendações do Grupo de Trabalho I*

##### **Grupo de Trabalho I**

##### **Interação entre a política fiscal e o comércio, o crescimento e o desenvolvimento social**

Presidido pela Senadora Silvia Hernández, do México.

A primeira sessão iniciou com as apresentações do Dr. Claudino Pita, Diretor de Planificação e Estratégias do Centro Interamericano de Administrações Tributárias, seguido pelo Dr. Alberto Barreix, do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O Dr. Pita fez uma palestra sobre “Harmonização e Sistemas Tributários na América,” na qual expôs os principais fatos e os desafios relativos ao tema, que são: a tecnologia das comunicações, a busca da competitividade, a integração econômica, a interdependência, o controle de preços de transferência, a tributação e o comércio eletrônico, e a harmonização tributária, entre outros.

Ele explicou que as características dos sistemas tributários do continente, em termos gerais, são a equidade, de forma que a carga tributária recaia sobre os contribuintes de maior capacidade; a neutralidade, de modo que os impostos não gerem distorções que determinem a posição dos fatores de produção; e a simplicidade dos sistemas que os torne transparentes, de confiança e de certeza jurídica. O desafio suscitado é a obtenção de rendas suficientes por meio da combinação destes fatores.

Os novos desafios nos conduzem à necessidade de realizar reformas para adequar os sistemas tributários e, desta maneira, evitar efeitos indesejáveis, tais como os incentivos que reduzem a capacidade de execução das políticas públicas do Estado. Neste sentido, conclui-se que o objetivo das reformas futuras é o de alcançar a suficiência, a equidade e a neutralidade.

O conferencista ressaltou que a necessidade de harmonizar os sistemas tributários dos países da América se fundamenta no fato de que, hoje em dia, há uma discriminação contra os bens provenientes do exterior, uma distorção nas condições de concorrência e na localização dos investimentos.

O Dr. Alberto Barreix abordou o tema “Os Desafios da Política Tributária relacionados com a Integração Econômica Regional.” Ele iniciou sua palestra mencionando a crise fiscal pela qual passam todos os países da América Latina, com um déficit fiscal que não conseguem superar. Ele explicou que toda política fiscal consta de três componentes: as rendas, as despesas e o financiamento.

Em relação à abertura comercial, o Dr. Barreix indicou que essa contribui à redução e uniformidade das taxas alfandegárias, o que limita a política industrial e as rendas dos setores protegidos. Outro aspecto implícito é a restrição das políticas setoriais a políticas unicamente de incentivos tributários; e também a equiparação de produtos e insumos em nível internacional.



O conferencista afirma que a abertura comercial traz consigo desafios inerentes à integração, assim como as perdas de arrecadação por redução tarifária. Por outro lado, ele mencionou que os subsídios ou as barreiras tarifárias afetam os países em desenvolvimento, porque baixam de maneira artificial os preços dos produtos que não são subsidiados e, em conseqüência, reduzem os cofres das nações, tanto as desenvolvidas como as em desenvolvimento (renda perdida).

Do mesmo modo, o Dr. Barreix disse que é necessária uma harmonização dos procedimentos alfandegários, de maneira a permitir o cumprimento apropriado das normas de origem e a institucionalização relativa aos acordos de resolução de controvérsias e mecanismos que garantam a segurança jurídica dos investimentos e melhorem a classificação de risco-país.

Após a conclusão das apresentações, seguiu um período de participação dos parlamentares, que dirigiram perguntas e argumentos aos conferencistas dentro do contexto da integração hemisférica.

Uma das constatações dos parlamentares foi a falta de similaridade dos sistemas tributários da América Latina com relação à ALCA e à União Européia, o que gera o debate sobre com quem associar-se. Isto tudo resulta em amplas negociações em nível bilateral e plurilateral.

Uma das parlamentares participantes achou que se deveria tributar as transações especulativas (capitais “andorinhas”) no mercado de divisas, conhecido como imposto “Tobin”, com exceção das transações destinadas às operações de exportação e importação de bens e serviços e de investimentos em ativos produtivos, como é o caso dos investimentos estrangeiros diretos.

Na mesa surgiram questões de importância fundamental para o debate, tais como:

1. De que maneira a harmonização tributária afeta o processo de integração?
2. Os atuais modelos tributários são compatíveis com a integração à qual aspiramos?
3. A descentralização administrativa e tributária é compatível com a integração, tendo em conta que esta é uma decisão eminentemente política?
4. Como nivelar as economias em desenvolvimento para competir com as economias desenvolvidas num esquema de abertura comercial, tendo em conta as assimetrias que as caracterizam?

Em termos gerais, a sessão do primeiro dia concluiu com as seguintes reflexões:

1. O período de perguntas e respostas iniciou com a interrogante básica “os parlamentares querem ou não a integração?” No transcorrer do debate, no entanto, concluiu-se que a integração é um fato inevitável, a questão é como fazê-la. A tarefa que enfrentam os parlamentares é a de conseguir consensos tanto na harmonização tributária, como em outros temas de integração.



2. A integração não é um fim em si mesmo, senão um recurso para atingir o desenvolvimento sócio-econômico do hemisfério. Uma das ferramentas mais importantes para chegar a essa meta é um sistema tributário equitativo, transparente e eficiente.
3. A integração procura alcançar o desenvolvimento harmônico dos países membros. Por isso é necessário reconhecer as diferentes situações relativas. A desigualdade das condições existentes necessita de processos de compensação afim de aproveitar todo o potencial econômico para o benefício mútuo dos sócios, garantindo a igualdade de oportunidades. Essas compensações podem ser outorgadas como vantagens comerciais ou financeiras.
4. Nos países correspondentes, o processo de descentralização complementa o processo de integração econômica. A descentralização fiscal responsável, executada com critérios de eficiência econômica, permite o controle civil quanto ao tamanho do setor público, o que se torna supranacional no processo de integração regional.

O segundo dia de sessões do Grupo de Trabalho I iniciou com a consideração do texto do relatório, o qual foi aprovado em linhas gerais com modificações muito específicas. Em seguida, o Dr. Claudino Pita esboçou algumas reflexões sobre as experiências de integração na América relacionadas à harmonização dos sistemas tributários. Neste sentido, ele explicou os diferentes acordos regionais de integração que apareceram no continente desde a década dos 60 até a atualidade.

Respondendo à pergunta sobre que modelo ou experiência pode ser tomado como base para empreender a tarefa de harmonização tributária no âmbito da integração econômica, o Dr. Pita explicou que o caminho para alcançar este objetivo consiste em começar com a homogeneização dos aspectos técnicos da tributação, deixando a parte quantitativa referente aos níveis de imposição refletidos pelo montante das taxas ou alíquotas, às decisões de política tributária interna de cada país. Como exemplo, mencionou-se que o imposto ao valor agregado deveria ser o mesmo na sua estruturação em todos os países do hemisfério e que a diferenciação estaria enquadrada nas alíquotas que cada país considerasse legítimo estabelecer.

Foi enfatizado que em todo este processo de harmonização tributária é indispensável que haja uma flexibilidade adequada, de modo que os efeitos que ela produz não gerem rigidez na gestão das políticas tributárias nacionais, e que o progresso do processo de integração não exija uma maior coordenação destas políticas. Em consequência, a recomendação específica nesse assunto é que os modelos técnicos devem ser identificados como pontos de referência, para poder-se obter uma estrutura tributária harmônica que permita a cada país tomar decisões políticas afim de assegurar o desenvolvimento social e facilitar os processos de integração regional.

Manifestou-se uma preocupação sobre o progresso das negociações da ALCA, dado que não se tem propiciado, nos parlamentos nacionais, o debate oportuno sobre as legislações tributárias internas, e sendo que esse tema incide em aspectos como a competitividade e a localização dos investimentos, no momento em que começa a entrar em vigor o acordo hemisférico.



Também se enfatizou a conveniência de encontrar um equilíbrio entre a harmonização dos sistemas tributários (o que em alguns casos significará a diminuição das arrecadações) e as necessidades de financiamento da despesa pública no investimento social.

O assunto de focalização exacerbada do formalismo jurídico e do tecnicismo foi abordado no debate das reformas tributárias, o que o afasta da perspectiva humanista que tem o ser humano como objetivo principal em todas as políticas públicas.

Vários parlamentares coincidiram na necessidade da criação de um parlamento supranacional que atenda de forma adequada às decisões relativas aos acordos de integração, como é o caso dos assuntos tributários.

Outro aspecto relevante que foi mencionado é a necessidade de abordar com rapidez o impacto das economias informais nos países e o seu efeito no processo de integração, e também de harmonização tributária. Os parlamentares reconheceram a densidade da economia informal nos nossos países e sua influência na eficiência das administrações tributárias.

Após as intervenções dos parlamentares, a presidenta concedeu a palavra ao Dr. Alberto Barreix, que fez referência a três temas:

- Aspectos fiscais e tributários. Foi assinalado que este tema não está incluído especificamente nos processos de integração hemisférica; embora tenha sido um aspecto importante na União Européia e no NAFTA.
- Aspectos institucionais da integração. 1) A harmonização dos processos alfandegários para favorecer o comércio; e 2) a solução de controvérsias internacionais para outorgar segurança jurídica nos investimentos. Sem estes aspectos a integração se torna difícil.
- Compensação entre setores e países. Enfatiza-se que a União Européia tem tarifas e outros impostos cujo propósito é o de financiar políticas e instituições comuns.

O objetivo comum em matéria tributária é o de arrecadar impostos com equidade, sem afetar a competitividade dos países.

Finalmente, para que a integração da América Latina seja efetiva deve-se, necessariamente, levar em consideração os aspectos tributários.



### *8.15 Anexo 15 – Relatório e recomendações do Grupo de Trabalho II*

#### **Grupo de Trabalho II**

#### **O impacto das crises econômicas e financeiras na região**

Presidido pelo deputado Marcelo Stubrin, da Argentina

O Grupo de Trabalho II abordou o tema “O impacto das crises econômicas e financeiras na região”. A discussão esteve baseada na conferência magistral do Dr. Roberto Frenkel, intitulado “Globalização e crises financeiras na América Latina”.

Concluída a palestra do Dr. Frenkel, os integrantes do Grupo de Trabalho II fizeram suas contribuições citando as seguintes considerações:

As crises financeiras são decorrentes de um sistema que, atualmente, carece de regras que permitem prever o seu comportamento, assim como demonstra a aparição sucessiva e recorrente de episódios desta natureza em diferentes mercados emergentes, incluindo países que, em um momento dado, foram considerados modelos bem sucedidos de inserção na economia global.

As sociedades são menos vulneráveis às crises financeiras e econômicas, na medida em que seu regime político é mais democrático e transparente e suas contas públicas administradas de forma ordenada. Portanto, um dos elementos necessários que devem ser tomados em conta na edificação de sistemas econômicos sólidos e estáveis, é a formulação e implementação de políticas públicas que controlam a corrupção. Do mesmo modo, o parlamento desempenha nesta área um papel fundamental, produzindo instrumentos legais adequados e modernos e supervisionando o comportamento correto das autoridades e instituições encarregadas de executar estas políticas.

Não obstante o anterior, comentou-se que a origem do problema deste tipo de crise é multifatorial, por isso deveria considerar-se elementos tais como: métodos de negociação de dívida externa, determinação do risco soberano que influi na taxa de juros, e também a ausência de princípios reguladores comuns e regras claras que fortaleçam a segurança jurídica neste setor. Ou seja, as soluções devem ser aperfeiçoadas a partir de uma visão multidisciplinar, porque além das implicações econômicas deste tema, existem também considerações de índole política.

Da mesma forma, determinou-se que nos últimos anos o saldo líquido dos fluxos de capital na região tinha sido negativo, sem que isso significasse uma redução da dívida externa da América Latina, o que indica a necessidade de buscar mecanismos que propiciem uma nova arquitetura financeira internacional.

Preocupa muito o fato de que as crises financeiras possam impactar severamente nos setores menos protegidos da sociedade, por via dos ajustes orçamentários, já que desta maneira diminui a credibilidade do sistema democrático e, conseqüentemente, a capacidade de ação política dos governos é debilitada.



Assim mesmo, é evidente que os países pequenos são mais vulneráveis às crises, e deve-se portanto levar em conta essa situação para elaborar políticas econômicas conforme essa realidade.

Frente a essa situação, é importante que nossas instituições e autoridades atuem com transparência dentro de um esquema equilibrado, para assim controlar a corrupção e estabelecer um ambiente com regras claras.

Sem desprezar o grave problema econômico e financeiro que gera a corrupção, é importante ressaltar que o sistema financeiro internacional funciona de maneira a produzir grande instabilidade, o que requer a criação de formas e regras que permitam aumentar os níveis de certeza nas relações financeiras internacionais.

Essas formas e regras inovadoras eventualmente poderiam envolver a cessão de parte da soberania dos estados nacionais a instituições internacionais afim de reduzir o risco inerente à atividade financeira internacional.

É imperativo que a comunidade internacional implemente uma nova arquitetura financeira; é necessário aprofundar os mecanismos de integração interregional e solicitar às instituições financeiras internacionais a revisão de suas propostas de política econômica, no sentido de que as mesmas devem propiciar o crescimento econômico e não se tornarem elementos adicionais que tendem a ocasionar recessões.

### **Recomendações:**

O papel das instituições interparlamentares, como o FIPA, deve ser o de incentivar a cooperação horizontal, o intercâmbio de práticas bem sucedidas, a homologação normativa e a criação de fóros para a discussão e o debate de temas cruciais e estratégicos para o fortalecimento de nossas economias.

Portanto, é necessária a criação pelo FIPA de um Grupo de Análise Periódica que estude a situação financeira internacional. Este grupo pode funcionar usando as ferramentas de conectividade virtual disponíveis.

É fundamental fortalecer a função de controle e fiscalização do parlamento, a determinação da orientação política e programática de nossos governos, considerando os princípios de eficiência, eficácia, economia e qualidade nos diferentes programas e serviços públicos, assim como os indicadores que possam ter sido definidos para medir os resultados da gestão institucional e conseguir a transparência na prestação de contas. Esta orientação deve servir para prever e prevenir as conseqüências das crises financeiras.

Também é muito importante avançar rumo a novas formas jurídicas que permitam a reestruturação financeira dos países em um ambiente ordenado, evitando assim que os problemas da dívida externa sejam agravados por fortes recomendações que tenham um impacto na determinação do risco soberano.

É preciso melhorar a qualidade da integração da região, incluindo a coordenação de políticas macroeconômicas, com a finalidade de fortalecer a posição negociadora perante as instituições financeiras internacionais.



### *8.16 Anexo 16 – Relatório e recomendações do Grupo de Trabalho III*

#### **Grupo de Trabalho III**

#### **As negociações da Área de Livre Comércio das Américas**

Presidido pelo deputado John Godfrey, do Canadá

O Sr. Peter E. Kirby participou como conferencista e apresentou o documento intitulado “Atualização sobre o processo da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)” incluindo os acontecimentos mais recentes nas negociações da ALCA. Esse documento serviu de base para as discussões do grupo de trabalho que abrangeram uma série de temas do rascunho do Acordo da ALCA, publicado depois da VII Reunião de Ministros do Comércio, realizada em Quito em novembro de 2002.

O Grupo de Trabalho III reafirmou as recomendações sobre a ALCA aprovadas pelo FIPA na reunião inaugural realizada em Ottawa em 2001 e na I Reunião Plenária realizada na Cidade do México em 2002. O Grupo de Trabalho III destacou especialmente as seguintes recomendações:

- Que a Área de Livre Comércio das Américas se baseie numa convergência de valores políticos, econômicos e sociais e contribua efetivamente a elevar o padrão de vida dos povos, assegurar a igualdade de oportunidades, e melhorar a distribuição da riqueza e a democracia;
- Que os Parlamentos, como representantes dos povos das Américas, tenham um papel chave, efetivo e ativo nas negociações e na assinatura de acordos comerciais internacionais;
- Que as necessidades de desenvolvimento dos países sejam levadas em conta e constituam uma parte integral do processo de negociação da ALCA em matéria de agricultura, incluindo o reconhecimento da vulnerabilidade, da sensibilidade e dificuldades estruturais dos setores agrícolas dos países em desenvolvimento;
- A eliminação dos subsídios à exportação e de outras práticas que afetam o comércio de produtos agrícolas no hemisfério;
- Que as negociações da ALCA considerem os interesses e inquietudes dos diferentes setores da sociedade, a necessidade de um compromisso permanente com a transparência, e comunicações crescentes e contínuas com a sociedade civil;
- Que a ALCA estabeleça regras claras, transparentes e efetivas para prevenir e lidar com as práticas unilaterais e/ou protecionistas sob um sistema comercial baseado na aplicação do direito;
- Que as negociações da ALCA levem em conta todas as preocupações dos países em assuntos de propriedade intelectual relativos ao acesso a recursos genéticos, conhecimento tradicional e cultural, e o direito de cada país de adotar medidas para proteger a saúde pública e proporcionar acesso aos medicamentos para todos; e



- Que as diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias do hemisfério sejam tomadas em conta na ALCA e que as economias menores recebam o tratamento que necessitam para garantir sua participação efetiva e benefício na ALCA.

Além das recomendações orais e propostas incorporadas durante o debate, o Grupo tomou nota de seis recomendações por escrito, apresentadas pela deputada Patricia Gutiérrez, da Colômbia, Senador Raymundo Cárdenas, do México, Deputado Nathan Jorge Sevilla Gómez, da Nicarágua, Deputado Jaime Vázquez Castillo, do México, e os deputados Silvia Álvarez e Francisco Patiño, do México.

### **RECOMENDAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO PARLAMENTAR NO PROCESSO DA ALCA ATRAVÉS DO FIPA**

*Conscientes* de que a fase final e crítica das negociações da ALCA iniciou;

*Preocupados* pelas experiências e implementação de acordos comerciais em vigor no hemisfério;

*Convencidos* da necessidade de trabalhar com base nas recomendações já adotadas pelo FIPA e dar seguimento a estas recomendações com ações concretas,

***Nós, os Parlamentares das Américas, recomendamos que o Comitê Executivo do FIPA empreenda as seguintes iniciativas:***

- 1) Estabeleça uma seção na página da Internet do Parlamento Virtual das Américas para facilitar o intercâmbio de informação em matéria de negociações e implicações dos acordos comerciais. A página web deveria oferecer aos parlamentares informação, documentos e links a sites da Internet sobre o processo da ALCA, e conduzir discussões ou sessões informativas sobre temas relevantes às negociações;
- 2) Prepare e distribua, antes da próxima Reunião Plenária do FIPA, um documento que dê seguimento a cada uma das recomendações anteriores sobre a ALCA e que mantenha os parlamentares ao par dos resultados ou progresso nos assuntos decididos pelos mesmos;
- 3) Explore mecanismos para beneficiar-se das experiências e preocupações que surgem dos acordos comerciais que já entraram em vigor, tais como o TLCAN ou outros acordos regionais existentes nas Américas, firmados pelo Canadá, Chile, Costa Rica e México, entre outros;
- 4) Estude o sistema adotado pelo Parlamento do Brasil como modelo para monitorar e participar ativamente das negociações da ALCA em nível nacional, e solicitar aos Chefes das Delegações representadas nesta II Reunião Plenária que enviem a informação existente ou notifiquem o Comitê Executivo do FIPA sobre a adoção de mecanismos similares no futuro. Essa informação será incorporada à seção sobre a ALCA na página web do Parlamento Virtual;





- 5) Estabelecer no FIPA um mecanismo para interagir, formalmente, com os Ministros do Comércio no contexto da ALCA e manter-se ao par das negociações. A “Conferência Parlamentar sobre a OMC”, adotada pela União Parlamentar Internacional (IPU) constitui um modelo de como poderia funcionar tal interação em nível hemisférico;
- 6) Apresentar uma comunicação formal representando o FIPA, dirigida à Co-Presidência da ALCA do Brasil e dos Estados Unidos para sua consideração nas negociações da ALCA, incluindo os seguintes pontos:
  - Indicar nossa preocupação sobre os benefícios potenciais e efeitos negativos que a ALCA poderia ter em nossos países, considerando as diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias e a iniquidade prevalente nas Américas;
  - Considerar outros modelos de integração, tais como o da União Européia, onde Fundos de Coesão Social estariam à disposição para garantir a efetiva participação e benefício de todos os países da ALCA;
  - Abordar os assuntos agrícolas nas negociações da ALCA, considerando a vulnerabilidade e sensibilidade particular destes temas para todos os países da ALCA e a necessidade de eliminar os subsídios agrícolas e outras práticas que distorcem o comércio; e
  - Levar em conta as necessidades e condições particulares de todos os países ao estabelecer datas limites para a implementação do Acordo da ALCA; e
- 7) Discutir com a co-presidência da ALCA os mecanismos potenciais para proporcionar a contribuição do FIPA às negociações da ALCA sobre a implementação e desenvolvimento futuro do Programa de Cooperação Hemisférica (PCH) dentro da ALCA, especialmente no que tange os fundos de ajuste social para o setor agrícola e manufatureiro.

Além do mais, recomendar que a ALCA considere a criação de um fundo especial dentro do PCH para a educação superior, ciência e tecnologia que permita dotar os países em desenvolvimento da capacidade científica e tecnológica para diminuir a brecha com os países desenvolvidos e contribuir efetivamente ao desenvolvimento econômico e uma melhor integração dos países da ALCA.



### *8.17 Anexo 17 – Composição do Comitê Executivo do FIPA*

<b>Representação</b>	<b>Parlamentar</b>	<b>País</b>	<b>Período no Comitê</b>
Presidência	Senadora Céline Hervieux-Payette	Canadá	2002 – 2004
América do Norte	Senadora Silvia Hernández	México	2003 – 2005
	Deputado John Godfrey	Canadá	2002 – 2004
América Central	Deputado Mario Calderón	Costa Rica	2003 – 2005
	Deputado Carlos Santiago Nájera	Guatemala	2002 – 2004
Caribe	Deputado Ulrick Saint-Cyr	Haiti	2003 – 2005
	Senador Anthony Jonson	Jamaica	2002 – 2004
América do Sul	Deputado Marcelo Stubrin	Argentina	2003 – 2005
	Deputado Luiz Carlos Haully	Brasil	2002 – 2004
País anfitrião	Deputado Waldo Mora	Chile	2003 – 2004

#### **Secretário**

Sr. Mateo Barney